

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

NATHALIA NUNES SASSO

NARRATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA NO JORNALISMO:

Uma análise discursiva da reportagem *Escravos do Ouro* da ONG Repórter Brasil

Porto Alegre

2019

NATHALIA NUNES SASSO

NARRATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA NO JORNALISMO:

Uma análise discursiva da reportagem *Escravos do Ouro* da ONG Repórter Brasil

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Profa. Dra. Ilza Marinha Tourinho Girardi

Coorientadora: Me. Débora Gallas Steigleder

Porto Alegre

2019

NATHALIA NUNES SASSO

NARRATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA NO JORNALISMO:

Uma análise discursiva da reportagem *Escravos do Ouro* da ONG Repórter Brasil

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em: 2 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ilza Marinha Tourinho Girardi- UFRGS
Orientadora

Me. Débora Gallas Steigleder - UFRGS
Coorientadora

Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor – UFRGS
Examinador

Me. Eualita Bezerra da Silva – UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao meu Deus de amor. Não o Deus que muitos julgam conhecer e dizem que está “acima de todos”, mas sim o Deus que me ensinou a ter empatia e respeito com o próximo e que me protege todos os dias.

Aos meus pais, Marilei e José Vladimir, pelo apoio e carinho desde o princípio. Por serem meus principais incentivadores e por acreditarem na minha capacidade. Obrigada por todas as conversas e reflexões. Boa parte de mim é um pedaço de vocês!

À minha avó Júlia, a estrela mais bonita do céu, que me ilumina nos momentos mais difíceis. Obrigada, também, por me ensinar que o amor transcende o plano terreno.

À minha avó Eloy, por todo cuidado e proteção. Foste a primeira pessoa que me viu escrever, dedico-te, portanto, essas palavras que compõe algo muito significativo da minha vida.

Aos membros da minha família: Tia Cirlei, Dinda Rejane, Márcio, Edna e Vicente, que são “família” além de qualquer laço sanguíneo.

Aos meus amigos: Bibiana, Camila, Francine, João, Josiane, Karen, Laíne, Leonardo, Vinícius e Willian (que me ajudaste em muitos trabalhos durante a faculdade). Aqui vai minha eterna gratidão pela amizade de cada um.

Ao Guilherme, felicidade que “a lei natural dos encontros” fez questão de me apresentar neste ano. Obrigada pelo compartilhamento de sentimentos sinceros.

À Ilza e Débora, pela orientação. Vocês duas, que são mulheres e pesquisadoras, foram motivações constantes durante meu trabalho.

À Eutalita e ao Basílio, por terem aceitado o convite para a banca.

Aos membros do Museu da UFRGS, primeiro local onde conheci relações de trabalho e aprendi significativamente. Agradeço, em especial, Cláudia Aristimunha, diretora do museu e inspiração como mulher.

Aos membros do Theatro São Pedro, local onde compreendi o verdadeiro sentido da frase do Ferreira Gullar: “A arte existe porque a vida não basta”. Agradeço, em particular, ao Diego e ao Guilherme, cujas relações tive a felicidade de estender para além da profissional.

Por fim, à educação pública, pela oportunidade de socialização, conhecimento e formação cidadã.

*O jardineira por que estas tão triste
Mas o que foi que te aconteceu
Foi a camélia que caiu do galho
Deu dois suspiros e depois morreu
[...]*

*Vem jardineira
Vem meu amor
Não fique triste
Que este mundo é todo teu
Tu és muito mais bonita
Que a camélia que morreu*

Marchinha de carnaval *Jardineira*, de
Orlando Silva. Com amor, para a vó Júlia.

RESUMO

O presente trabalho procura investigar como o jornalismo alternativo organiza-se discursivamente. Assim, elenca-se com objeto de estudo a reportagem *Escravos do Ouro* publicada pela ONG Repórter Brasil. O dispositivo teórico utilizado na investigação será a Análise de Discurso de Linha Francesa (AD), nas bases do filósofo francês Michel Pêcheux, (1975) a partir das leituras de Brandão (2006) e Orlandi (2005). Além disso, discute-se aspectos teóricos do jornalismo, dialogando com autores como Traquina (2005) e Kovach & Rosenstiel (2004). A partir da metodologia, conclui-se preliminarmente que a narrativa se sustenta através de uma formação discursiva (FD) predominante, denominada contra-hegemônica. A partir disso, busca-se enumerar os efeitos de sentido que a constituem e, assim, encontrar as especificidades do discurso do jornalismo alternativo frente ao jornalismo tradicional.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo. Análise de Discurso. ONG Repórter Brasil.

ABSTRACT

This work aims to investigate how the alternative journalism is discursively organized. To do so, the report *Escravos do Ouro*, published by the ONG Repórter Brasil, was chosen as object of study. The theoretical basis used is the French Discourse Analysis, by Michel Pêcheux (1975) and an interpretive reading of Brandão (2006) and Orlandi (2005). In addition, theoretical and general aspects of journalism are discussed, referring to Traquina (2005) and Kovach & Rosenstiel (2004). Based on this research, it is preliminarily concluded that the narrative is sustained by a predominant discursive formation, named as counter-hegemonic discursive formation. From this, the effects of discourse are checked out in order to differentiate alternative journalism from the traditional one.

Keywords: Alternative journalism. Discourse Analysis. ONG Repórter Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	38
Figura 2	49
Figura 3	50
Figura 4	50
Figura 5	51
Figura 6	51
Figura 7	52
Figura 8	53
Figura 9	54
Figura 10	54
Figura 11	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FINALIDADES DO JORNALISMO E O JORNALISMO ALTERNATIVO EM QUESTÃO	13
2.1 As três finalidades do jornalismo: considerações dos agentes envolvidos no contrato de comunicação jornalístico	13
2.1.1 A finalidade de esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.....	14
2.1.2 A finalidade de fiscalizar o poder e fortalecer a democracia	15
2.1.3 A finalidade de informar.....	16
2.3 Internet e potencialidades	20
3 ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA: CONTEXTUALIZAÇÃO E ASPECTOS TEÓRICOS.....	22
3.1 Fundamentos.....	22
3.2 O discurso	23
3.3 O Discurso Jornalístico.....	27
3.4 O Sujeito e as formações discursivas	27
3.5 A ideologia	30
4. ANÁLISE: OS EFEITOS DE SENTIDO NA NARRATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA	34
4.1 Breve contexto histórico sobre o trabalho escravo	34
4.2 A ONG Repórter Brasil	36
4.3 Contextualização da reportagem	37
4.4 Do caso reportado	38
4.5 Dispositivo Analítico: O estudo dos sentidos.....	39
4.5.1 Figuras de Linguagem	40
4.5.2 Pluralidade de fontes	42
4.5.3 Fazer-se presente: ensinamentos antropológicos.....	46
4.5.4 Pensamento complexo	47

4.5.5 As Fotografias: leituras possíveis	48
4.6 Conclusões preliminares	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política e social do país propicia uma reflexão acerca do nosso papel enquanto cidadãos. Mais do que nunca, é preciso repensar as relações com o espaço em que vivemos, sejam elas relações com a coletividade, relações políticas e, também, relações com o meio ambiente. Diversos fatos ocorridos nos últimos anos evidenciaram situações que entrelaçam o pertencimento, a territorialidade e os recursos naturais. Fluxos migratórios e a crescente onda de xenofobia, crimes ambientais, como o rompimento das barragens nas cidades de Mariana, no ano de 2015, e Brumadinho, em 2019, o genocídio da população negra e indígena, assim como o trabalho escravo contemporâneo, são adversidades que precisam de constante observação, análise e circulação no debate público.

Assim, dentro da sociedade, o jornalismo desempenha um papel crucial. É através das narrativas jornalísticas que, na maior parte das vezes, tomamos conhecimento do mundo que nos cerca. Isso aponta-nos para uma reflexão: enquanto mediadores sociais por excelência, de que modo os jornalistas retratam a realidade? Essas narrativas estão engajadas numa transformação social ou, apenas, numa mera “transmissão” de informação?

Esse exercício de reflexão foi transmitido a mim, no primeiro semestre de 2018, através da cadeira de Laboratório de Jornalismo Convergente, então ministrada pelo professor Marcelo Träsel. Durante o período, fomos instigados a explorar formas multimídias em reportagens que compreendessem a temática dos direitos humanos. Os textos foram publicados no ciberjornal **Humanista**¹. Uma das reportagens que desenvolvi para o portal me trouxe ideias para desenvolver este trabalho. Em *Movimento global denuncia o trabalho escravo na moda*², escrevi a respeito do trabalho escravo contemporâneo em áreas urbanas, tendo como enfoque a indústria têxtil e seus inúmeros casos de denúncia.

Durante pesquisa de fontes teóricas para a construção da reportagem, entrei em contato com o trabalho da **ONG Repórter Brasil**³, que tem como missão fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil, sendo uma referência na mídia alternativa em coberturas sobre cidadania e direitos humanos. A partir desses pontos, elegi que minha pesquisa iria contribuir no debate entre o jornalismo alternativo e a

¹ <www.ufrgs.br/humanista/>

² Reportagem disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2018/06/14/movimento-global-denuncia-o-trabalho-escravo-na-moda/>>

³ <www.reporterbrasil.org.br>

cobertura do trabalho escravo contemporâneo, tendo como objetivo principal **compreender de que modo uma mídia alternativa, no caso a ONG Repórter Brasil, organiza-se narrativamente**, traçando quais são os elementos que fazem com que sua narrativa seja diferente da narrativa de uma mídia tradicional.

Com a finalidade de responder essa questão, escolheu-se para análise a reportagem *Escravos do Ouro*, publicada pela ONG Repórter Brasil, em 23 de agosto de 2018. A reportagem esmiúça, em detalhes, o resgate de 38 trabalhadores de um garimpo ilegal, na cidade de Itaituba, no Pará. A definição do objeto de análise engloba duas questões principais. A primeira, por abranger a temática geral desta pesquisa (o trabalho escravo contemporâneo), a segunda, por tratar um fato episódico, um resgate, de uma maneira complexa: são 33 parágrafos textuais e 28 fotografias, elementos profícuos para uma análise aprofundada e embasada, que atenda ao objetivo principal de pesquisa.

Assim, utilizaremos com dispositivo teórico-metodológico a Análise de Discurso de Linha Francesa (AD), proposta por Michel Pêcheux. A respeito dos aspectos analíticos, também vamos dialogar com Brandão (2006) e Orlandi (2005). Essa bibliografia é fundamental para estabelecer os objetivos específicos, que são **a) identificar as formações discursivas; b) analisar quais são os efeitos de sentido presentes nas narrativas; c) discutir o conceito de trabalho escravo contemporâneo.**

A organização se dará em quatro capítulos. Dessa forma, no segundo capítulo, vamos tratar das finalidades do jornalismo, conforme organização proposta por Reginato (2016). Também vamos pincelar aspectos conceituais sobre o jornalismo alternativo, trazendo ideias de Downing (2002), Goés (2007) e Schwaab et al. (2013). Considerando que a atuação jornalística da ONG Repórter Brasil desenvolve-se na Internet, precisamos estabelecer aspectos sobre as potencialidades e desafios do meio, traçando paralelos entre Kovach e Rosenstiel (2004) e Lévy (2009).

No terceiro capítulo, vamos explorar detalhadamente os aspectos que tangem a Análise de Discurso de Linha Francesa (FD). Considerando a máxima de Pêcheux, de que “todo sujeito é interpelado pela ideologia”, é imprescindível definirmos como a ideologia foi pensada ao longo da história, apoiando-se em Chauí (1981) e Brandão (2006).

No quarto capítulo, vamos apresentar um breve histórico sobre o trabalho escravo, tendo como alicerce a obra *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos* (2018), organizado por Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes. Também vamos analisar a reportagem *Escravos do Ouro*, através de uma relação bibliográfica com o conceito de jornalismo alternativo apresentado anteriormente. Por último, vamos apresentar as Considerações Finais.

2 FINALIDADES DO JORNALISMO E O JORNALISMO ALTERNATIVO EM QUESTÃO

Este capítulo apresenta aspectos gerais do jornalismo, utilizando como base três finalidades propostas por Reginato (2016). Essa apresentação geral parte do pressuposto de que, antes de compreendermos o conceito de jornalismo alternativo, temática que circunscreve a presente pesquisa, necessita-se uma situação prévia acerca do que é o jornalismo, suas práticas, ideias e reflexões. Após, vamos debater propriamente o conceito de jornalismo alternativo, partindo do conceito de hegemonia, proposto por Antonio Gramsci (1891-1937). Por fim, introduziremos o debate sobre as potencialidades que a Internet fornece ao jornalismo alternativo.

2.1 As três finalidades do jornalismo: considerações dos agentes envolvidos no contrato de comunicação jornalístico

Em sua pesquisa, Reginato (2016) discute as finalidades do jornalismo, trazendo a visão dos veículos, dos profissionais (jornalistas) e, também, dos leitores, que são os principais agentes envolvidos no contrato de comunicação jornalístico. Sua metodologia foi analisar os discursos dos veículos Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, de 85 jornalistas brasileiros e de 250 leitores. A partir dos resultados obtidos e de um cruzamento de dados, a pesquisadora constatou que veículos, jornalistas e leitores percebem como principais as mesmas três finalidades do jornalismo, que são: 1) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; 2) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; 3) informar.

Ressalta-se que essas são finalidades constatadas **em comum** entre as três instâncias questionadas. O nível de **importância** diverge entre cada uma. Por exemplo, os veículos e os jornalistas consideram que esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade é a finalidade mais importante, enquanto que os leitores apontam que a finalidade mais importante é fiscalizar o poder e fortalecer a democracia.

Cabe acrescentar, ainda, que os níveis de importância são atribuídos conforme o papel que os agentes desenvolvem no cenário comunicacional: aos jornalistas, a função pública de levar conhecimento e informações aos leitores; já para os leitores, inteirar-se no mundo e fiscalizar os direitos que lhe são assegurados constitucionalmente.

Como este trabalho tem como objetivo principal compreender de que forma uma mídia alternativa, no caso estudado, a ONG Repórter Brasil, organiza-se discursivamente, focaremos o

estudo em apenas três finalidades apontadas por Reginato (2016), a fim de tornar a análise mais objetiva.

2.1.1 A finalidade de esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade

Kovach e Rosenstiel (2004, p. 31) afirmam que “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações que necessitam para serem livres e se autogovernar”. A partir disso, extraímos a noção de que o jornalismo é mais que uma profissão ou um mero ofício: é uma função social. Através das narrativas jornalísticas, conectamo-nos com aquilo que acontece na sociedade, atravessamos as fronteiras da nossa cidade, do nosso país e, até mesmo, do mundo. Traquina (2005, p. 20) expõe que, ao longo dos séculos, as pessoas possuem o desejo de serem informadas dos últimos acontecimentos que as rodeiam e, para isso, utilizam a mediação jornalística.

Para Gentilli (2005, p. 125) é impossível imaginar a vida nas sociedades de massas sem a mediação do jornalismo:

A informação jornalística é, simplesmente, indispensável para o estar no mundo nos dias de hoje. O que alguns autores chamam de “necessidade social da informação” é hoje suprida sobretudo pelo jornalismo. Não se quer dizer com isso que seja impossível a vida em sociedade sem o consumo da informação jornalística produzida pela mídia. Mas a realidade é que todas as informações indispensáveis para a vida em sociedade chegam, hoje, aos homens, de forma mediada e não direta. Dois exemplos são suficientes: (1) as informações sobre saúde pública alcançam o conjunto dos cidadãos por meio da mídia; (2) os candidatos a uma eleição não buscam o voto por meio de uma relação direta com o eleitor. (GENTILLI, 2005, p. 125- 124, grifos do autor)

Recorrendo às reflexões de Schudson (1983), Traquina (2005) expõe que o jornalismo torna-se uma profissão estimada pelo público, na medida em que lida com assuntos de preocupação fundamental, assim como o médico trata da vida e da morte e o advogado com a liberdade e a justiça. Já Franciscato (2002) sublinha o caráter singular da profissão como uma das bases na qual se fundou a confiabilidade na instituição jornalística:

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas. (FRANCISCATO, 2005, p. 167)

Kovach e Rosenstiel (2004) também sustentam o caráter particular do jornalismo, ao afirmarem que essa é uma profissão que se concentra primordialmente em apurar o que

aconteceu, os fatos, enquanto que outros setores comunicacionais, como a publicidade e propaganda, selecionam e inventam casos para servir ao objetivo de persuadir.

Bucci (2000) sintetiza que o cidadão é a única razão pela qual o jornalismo existe. Por mais que o atual modelo do jornalismo seja baseado em mercado, essa é uma consequência que foi estabelecida ao longo do percurso histórico, mas não o fundamento da razão de ser da imprensa. Assim, a lógica mercantil jamais pode preponderar a ética cidadã, pensada no sentido de que, antes do profissional jornalista, há o jornalista cidadão, que participa a integra efetivamente a sociedade.

Mais do que apresentar informações amplas que esclarecem o cidadão e forneçam bases necessárias para o viver, é fundamental discutir e observar, também, como a sociedade está sendo representada nas mídias. Conforme pesquisa de Ijuim (2017, p.240), muitas vezes, se criam formas estereotipadas acerca de determinados grupos sociais. Segundo o autor, “o indígena, a prostituta, o migrante ou o pobre ainda são ‘estranhos’ aos olhos de setores da imprensa brasileira”. Como um “historiador do cotidiano” (CALDAS, 2005, p.95), o jornalista é responsável por moldar representações no imaginário individual e coletivo, portanto, faz-se mais do que necessário discussões e debates, tanto em instâncias sociais, quanto acadêmicas, acerca do que a mídia reflete e representa. Belloni (1995, p.35 *apud* CALDAS, 2005, p.94, grifo da autora) propõe duas alternativas para modificar o cenário: a primeira é uma *educação para a mídia*, que busca “formar um receptor crítico, ativo, inteligente, capaz de distanciar-se da mensagem midiática e exercer sobre ela seu poder de análise crítica” e a segunda, *a formação do comunicador*, “visando à qualificação do profissional não apenas competente, mas responsável, capaz de distanciar-se do imediatismo típico da mensagem e de exercer sobre ela uma influência esclarecedora, realmente informativa e ética, escapando das armadilhas da manipulação fácil”. Para formar um público crítico é preciso o constante diálogo nos observatórios de mídia e o apoio às agências de *fact-checking*, que trabalham com a verificação de fatos e dados, tendo como objetivo qualificar o debate público e a apuração jornalística. Também, faz-se necessário um estímulo ao debate acerca da mídia nas escolas que, basicamente, é o primeiro espaço de sociabilidade que nos inserimos.

2.1.2 A finalidade de fiscalizar o poder e fortalecer a democracia

Assim como o pleno exercício do jornalismo só se dá dentro do sistema democrático, o jornalismo também é responsável por fazer circular informações que ajudem os cidadãos a compreenderem e a conviverem com esse sistema. Na maioria das vezes, é por intermédio da

mídia que conhecemos os candidatos que vão nos representar nas instâncias políticas, assim como quais são os feitos e propostas desses candidatos após eleitos.

Para Traquina (2005), o desenvolvimento da imprensa ocorre concomitantemente com o desenvolvimento da democracia. Os fundadores da teoria democrática elencaram a liberdade como fator essencial para troca de informações e opiniões, reservando esse espaço ao jornalismo que, além de informar, também é responsável por ser o guardião da democracia.

No século XIX, dentro das sociedades democráticas despontou a ideia do jornalismo como “quarto poder”, responsável por fiscalizar os abusos dos três poderes originais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Essa concepção surgiu em 1828, quando um deputado do parlamento inglês, McCaulay, apontou para a galeria onde estavam sentados os jornalistas e apelidou-os de o “Quarto Poder”, conforme relata Traquina (2005).

Entretanto, Reginato (2016) alerta-nos de que o jornalismo jamais deve substituir as instituições. Jornalismo não pode ser Polícia Federal, nem Ministério Público. Além disso, também não pode julgar os cidadãos ou fazer condenações. Ao contrário, estaria descaracterizando seu papel enquanto mediador social, a fim de que o público tire suas próprias definições.

Assim, falar em jornalismo é falar, necessariamente, em democracia. Somente em uma sociedade democrática, com livre circulação de ideias, no que concerne sua produção e distribuição, se pode exercer o ofício com plena liberdade. Sem a liberdade, o jornalismo seria uma farsa ou uma tragédia. No momento em que deixamos o ideal libertário de lado, se dispensa o jornalismo e se torna propaganda a serviço do poder vigente. (TRAQUINA, 2005). A independência e autonomia propiciadas pela democracia são fundamentais para garantir um valor essencial ao jornalismo: a credibilidade. Para ser credível, no entanto, é fundamental que o jornalista mantenha práticas de “verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação” (TRAQUINA, 2005, p. 132).

2.1.3 A finalidade de informar

Cornu (1998, p. 8) define que informar é “tratar uma informação visando torná-la significativa para outra pessoa, ou várias. Informação, no sentido corrente, compreende ao mesmo tempo um conteúdo e uma forma. bem como sua transmissão, sua comunicação”. A partir da sentença do autor, observa-se que o papel do jornalista não é apenas informar, mas *informar de modo qualificado*, como defende Reginato (2016). A autora postula que, para ser qualificada, a informação “deve ser atual, plural, verificada, relevante, correta, contextualizada, bem redigida; deve ampliar o meu conhecimento sobre algum tema específico e sobre o mundo

para que eu possa atribuir sentido aos acontecimentos.” (REGINATO, 2016, p. 219). Em suma, não basta somente informar, seguindo uma gama de regras. É preciso refletir criticamente sobre a informação que será transmitida. Enquanto mediador social, o jornalista deve estar conectado constantemente com princípios éticos e de verificação. Caldas (2005) alerta-nos que, sem o exercício de autoquestionamento, o jornalista pode cair num “consenso fabricado”, que seria prejudicial para o exercício pleno da cidadania.

A respeito do direito à informação, Gentilli (2005) sugere que devemos compreendê-lo como qualquer outro direito, tais como o civil (que protege o cidadão do poder do estado), o político (que estabelece mecanismos de participação do estado) e os sociais (conjunto de direitos que devem ser garantidos pelo estado). O direito à informação “fomenta o exercício da cidadania e permite ao cidadão o acesso e a crítica aos instrumentos necessários ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania” (GENTILLI, 2005, p. 128). O acesso à informação abre portas para outros direitos, ao mesmo tempo em que serve como um “guardião” que assegura outros direitos, tornando visível possíveis ataques ao sistema democrático e, também, alargando a cidadania.

Atualmente, o jornalista possui o desafio de conciliar a prática de informar com a dimensão temporal advinda das novas tecnologias, impostas sob a instantaneidade e a simultaneidade. Contudo, como aponta Franciscato (2005), esses nos modos de produção não podem significar a perda do “ethos” da atividade jornalística com relação ao seu público. Relação que, por sua vez, é marcada por expectativas, necessidades e interesses de ambos os lados.

2.2 Mídias Alternativas

Enquanto a mídia tradicional está ligada aos donos do poder político e econômico do país, as mídias alternativas estão atreladas às classes populares, “seja diretamente conduzida por elas, seja através de vinculação discursiva e política” (HAUBRICH, 2015, p. 1). A mídia tradicional estabeleceu-se como referência a partir da consolidação do jornalismo enquanto instituição social, ocorrida na segunda metade do século XIX. A profissionalização e o contexto moderno desenvolveram características peculiares à atividade jornalística, que ainda hoje são identificadas, como “a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção de serviço ao público” (TRAQUINA, 2005, p. 34).

Pensando no vocábulo “alternativo”, definido como uma oposição entre duas coisas, concluímos que a mídia alternativa, provavelmente, exista como prática desde que existem mídias e os jornais (FOLETTTO, 2018). Contudo, uma das características em comum que

despontam o seu surgimento são momentos em que a liberdade de expressão é cerceada, uma vez que jornalismo é democracia mantêm uma relação direta e simbiótica. No Brasil, um dos ápices do jornalismo alternativo foi durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Os periódicos possuíam objetivos específicos:

Impressos como Movimento, Pasquim, Opinião, Coorjona, Versus, Em Tempo, Resistência, Pif-Paf, entre outros, tinham em comum a denúncia à violação de direitos e torturas, criticavam o modelo econômico, opunham-se ao discurso oficial e à chamada “chuva de releases” do jornalismo convencional e, por isso, muitos foram presos e censurados previamente.” (DA ROSA; BRONOSKY, 2017, p. 30)

Schwaab et al. (2013) propõem uma reflexão pertinente para o papel do jornalismo alternativo na contemporaneidade. Se, atualmente, não se vive sob um regime totalitário ou que suprime a liberdade de expressão, ou o exercício da prática cidadã, qual seria o sentido da existência de um jornalismo dito alternativo? Os autores concluem que há um descontentamento da prática do jornalismo vigente que, convivendo com a força mercantil, muitas vezes, afeta os modos de fazer jornalismo. Conforme Traquina (2005, p.26), o jornalista possui “autonomia relativa”, altamente condicionada por fatores externos, como escassez de tempo, a hierarquização dentro da organização para qual se trabalha e a competitividade. Elementos que contribuem para que as narrativas se tornem “engessadas”.

Entretanto, a nomenclatura “alternativa” não deve perpassar a ideia de ser algo que substitua a mídia tradicional, mas sim, como reflete Perseu Abramo, de fornecer um contraponto ideológico às narrativas vigentes:

Não foi alternativa no sentido de oferecer ao leitor uma opção de leitura, do tipo que levaria o cidadão a deixar de ler o *Jornal do Brasil* para ler *Opinião*, ou trocar *O Estado de S. Paulo* por *Movimento*. E não apenas pelo fato de a imprensa alternativa ser periódica, em contraposição aos grandes jornais diários. Porque *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e tantos outros também não constituíam uma opção alternativa à leitura de *Veja*, *Isto É*, *Visão*, etc. (ABRAMO, 1998, p. 1 *apud* AMORIM, 2007, p. 6)

A teoria Gramsciana de hegemonia fornece-nos boas bases para compreendermos o papel e a função da imprensa alternativa nos dias de hoje. Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo e político italiano, considerado um dos mais influentes autores marxistas do século XX. Seus escritos, produzidos de 1920 a 1930, se tornaram importantes fontes de reflexão sobre o poder, o capitalismo e a cultura dentro dos círculos europeus, latino-americanos e, até mesmo, entre grupos norte-americanos (DOWNING, 2002). Para o pensador, durante séculos de expansão e consolidação, o capitalismo manteve sua liderança através de órgãos de informações e cultura, como escolas, universidades, igrejas, literatura, meios de comunicação e ideologias corporativas. Conforme Downing (2002, p. 47),

As perspectivas sobre a sociedade mais ampla geradas no âmbito dessas instituições com frequência produziram [...] uma visão de mundo incontestada, que adquiriu o *status quo* de inevitável, e de que o poder da classe dominante assentava-se na sua habilidade singular, e por si só evidente, de dirigir a nação com sucesso [...]

Mesmo que as classes dominantes utilizem a força durante crises políticas, como a política, os tribunais, as prisões e, por última instância, o poder militar, que compreende o Estado na acepção clássica marxista, sua dominação (hegemonia) estabelecia-se, sobretudo, através do plano cultural, ideológico e moral. Sumariamente, para Gramsci, a fonte da hegemonia seria o plano ideológico, disseminado pelas instituições citadas anteriormente, incluindo a mídia. Assim, a dominação de uma classe sob a outra deveria englobar, sobretudo, o plano das ideias. Góes (2007) recorre à etimologia da palavra hegemonia para explicar o significado imbricado ao longo da história:

Hegemonia é um termo militar de origem grega, derivado de *eghestai*, que significa conduzir, guiar, liderar, ou do verbo *eghemoneuo* do qual deriva estar à frente, comandar, ser o senhor. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção do exército. Hegemônico era o chefe militar, o comandante do exército ou a supremacia de uma cidade frente às demais. (GÓES, 2007, p. 2)

A hegemonia é um processo que envolve um longo período de tempo, não como um resultado planejado e orquestrado, cujos resultados aparecem de imediato. A exceção, logicamente, é o autoritarismo dos regimes fascistas. Gramsci também alertava-nos que o processo da hegemonia nunca é congelado, sendo constantemente negociado pelas classes dominantes e subordinadas, ainda que a hegemonia cultural capitalista possa passar por períodos de normalidade, sem questionamento, suas bases podem sofrer crises intermitentes (DOWNING, 2002). Sobre esta última instância, recorrendo ao pensamento de Williams (1999), De Goés (2007, p.3) evidencia-nos que a hegemonia “renova-se continuamente, recria-se, defende-se e modifica-se. Sofre uma resistência continuada, limitada e desafiante, a contra hegemonia ou hegemonia alternativa”. Há a resistência de forças diversas que se concretizam por pequenas disputas e lutas em várias esferas, incluindo a mídia.

Enquanto que a mídia tradicional possui como interesse o lucro, a mídia alternativa, através de estratégias contra-hegemônicas, busca evidenciar pautas que, muitas vezes, são silenciadas, inserir temas no debate público e, ainda, modificar aspectos do cenário social com suas ações. É uma percepção da realidade que não visa o comercial, mas sim uma mudança social, ou ao menos, uma avaliação crítica de seus valores tradicionais (O’SULLIVAN, 1994 *apud* VALIENGO, 2019, p. 4).

2.3 Internet e potencialidades

Historicamente, o jornalismo esteve atrelado às novas tecnologias vigentes, sempre as incorporando. As tecnologias de comunicação e informação ajudaram a potencializar a articulação do jornalismo alternativo. “A publicação da Internet reduz custos e facilita a distribuição do conteúdo” (ATTON, 2002 apud GÓES, 2007). Através dos caracteres ilimitados ofertados pelo meio, em conjunto com recursos multimídia, interativos e hipertextuais, o discurso contra-hegemônico torna-se, cada vez mais, embasado e rico esteticamente e narrativamente. Esse princípio articula-se com o elemento proposto por Kovach e Rosenstiel (2004, p. 23) de que “o jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante”.

Não somente as narrativas contra hegemônicas, mas as narrativas jornalísticas num todo podem se beneficiar da Internet através da circulação de informações para uma pluralidade de pessoas, das mais diversas localidades. No caso da reportagem analisada neste trabalho, *Escravos do Ouro*, publicado no site da ONG Repórter Brasil, o fato reportado foi ocorrido na cidade de Itaituba, no estado do Pará, na região Norte do Brasil, enquanto que esta pesquisa foi escrita em Porto Alegre, na região sul do país.

O sociólogo Pierre Lévy, um dos pioneiros nos estudos em Cibercultura, apontou, em sua obra Cibercultura (2009), que um dos principais significados da emergência do ciberespaço é, justamente, o desenvolvimento de uma alternativa às mídias de massa.

Todavia, a liberdade do meio não altera a função do jornalista e seus princípios éticos, conforme nos alerta Kovach e Rosenstiel:

O crescimento da internet e a chegada da banda larga, contudo, não significam, como dizem alguns observadores, que se tornou obsoleto o conceito que obriga, na hora de definir as notícias, a aplicação do bom senso na tentativa de decidir o que o cidadão precisa e quer para poder se autogovernar. Ao contrário, esse conceito só tem crescido. John Seeley Brown, ex-diretor da Xerox PARC, o lendário grupo de estudos do Vale do Silício, na Califórnia, diz que em vez de enfraquecer a noção de serviço público do jornalismo, a tecnologia na verdade mudou a forma como os jornalistas cumprem essa missão. “O que precisamos na nova economia e na nova cultura de comunicação é dar sentido às coisas.” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 40 e 41)

Outro alerta que os autores fazem acerca da Internet é sobre a prática de verificação. A velocidade com que se propagam os fatos faz com que os jornalistas, muitas vezes, compartilhem informações sem, antes, verificá-las. Como abordamos anteriormente, a partir de Traquina (2005), a verificação é uma das essências do jornalismo, fornecendo credibilidade ao discurso, como atesta Bucci (2000, p. 52):

[...] a imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo. O relato jornalístico precisa guardar o mínimo de confiabilidade - um mínimo sem o qual a autoridade da imprensa estará perdida.

A internet, como qualquer meio, acarreta potencialidades e desafios. Aqui, defendemos que a prática da cidadania (CALDAS, 2005), aliada com princípios éticos (BUCCI, 2000), deve ser norteadora do jornalista.

3 ANÁLISE DE DISCURSO DE LINHA FRANCESA: CONTEXTUALIZAÇÃO E ASPECTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, vamos apresentar aspectos preliminares sobre a Análise de Discurso de Linha Francesa (AD), dispositivo teórico-metodológico utilizado no presente trabalho. Além disso, para uma plena compreensão, conceitos como **discurso**, **discurso jornalístico** e **sujeito** serão explorados. Por fim, como a ideologia é um conceito que perpassa as significações da AD, vamos explorar alguns de seus conceitos, explorados por diferentes pensadores ao longo da história.

3.1 Fundamentos

A Análise de Discurso (adiante AD) de Linha Francesa aqui adotada baseia-se no trabalho do linguista e filósofo Michel Pêcheux (1938-1983). A AD teoriza como “a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem” (ORLANDI, 2005, p.10). Essas reflexões partiram de uma problematização da Linguística e das Ciências Sociais enquanto teorias que explicassem o funcionamento da linguagem. Para Pêcheux, a linguagem não é um sistema abstrato, fechado e de regras formais, que serve meramente para processos comunicacionais e transmissões de pensamento. O teórico compreendia a linguagem como uma produção social, relacionando-a ao seu exterior. Conforme Brandão (2006), a linguagem pode ser definida como:

[...] elemento de mediação entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção [...]. (BRANDÃO, 2006, p.11)

Para tanto, em seus estudos, Pêcheux concebeu o **discurso** como objeto de pesquisa, que, como postula Orlandi (2005, p.15), é a “palavra em movimento, prática de linguagem”, cuja finalidade é “explicitar os mecanismos históricos dos processos de significação.” Compreender que não existe neutralidade e opacidade no nosso dizer é um dos pontos principais que a AD visa transmitir. Sinteticamente, a AD tenciona como os processos discursivos estão imbricados na ideologia.

A Análise de Discurso de Linha Francesa nasceu durante os anos 60, rompendo com o estruturalismo. A proposta de Pêcheux é articulada por três regiões teóricas do saber: a **linguística**, na qual se afirma que a língua tem uma ordem própria, o **materialismo histórico**

que, relacionando conceitos de Althusser, traz a concepção do sujeito interpelado pela ideologia e a **teoria do discurso**, que tenciona que os processos semânticos são determinados historicamente. Todos esses elementos são intercalados, ainda, pela psicanálise, pois também somos “reféns de nosso inconsciente, de nossos desejos, preconceitos e sentimentos muitas vezes inconfessáveis”. (MACHADO; JACKS, 2001, p.2).

Atualmente, AD é estabelecida como uma das possibilidades teórico-analíticas para pesquisadores da área de humanidades (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011). É uma disciplina caracterizada pela sua multidisciplinaridade, assim como é utilizada por diversas áreas de conhecimento. Pêcheux designou a AD como uma disciplina de interpretação, sem o estatuto de ciência, pois, embora com “uma identidade específica, decorrente das posições teóricas assumidas que a caracterizam” (ERNST-PEREIRA; MUTTI, 2011, p.821), as análises não pretendem completude, exatidão ou confirmações. Analisar é, também, abrir um leque de novas possibilidades. Pois o sentido, como sugere Caregnato e Mutti (2006), não vem “colado na palavra”, ele é um elemento da ordem do simbólico, sem costuras, nem exatidão, que pode ser incompleto. Orlandi ressalta o caráter interativo e social do discurso e, por consequência, das suas múltiplas possibilidades de discussões:

Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. E isto não tem a ver com a objetividade da análise, mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. (ORLANDI, 2000, p.64)

Em entrevista concedida a Raquel Goulart Barreto, Orlandi alerta que é importante uma prática analítica que não vise a completude, nem ponto final. “Como o sujeito não é origem de si, não tem o domínio de como os sentidos se formam nele [...]”. É elementar, portanto, constantemente dialogar e descobrir aspectos durante a análise. Orlandi recorre a Pêcheux ao afirmar que “[...] na linguagem as questões não se fecham. Elas retornam” (BARRETO, 2006, p.7).

3.2 O discurso

Durante o percurso teórico, utilizamos, em foco, a palavra “discurso”. Neste momento, para uma contextualização ao leitor, cabe-nos ceder uma atenção especial ao termo.

Charaudeau e Maingueneau (2004), na obra “Dicionário de Análise do Discurso”, introduzem que a noção de “discurso” estava em uso desde a filosofia clássica, na qual, “ao

conhecimento discursivo, por encadeamento de razões, opunha-se ao conhecimento intuitivo” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 168).

Orlandi recorre à etimologia da palavra para definir o que seria o discurso, na qual é a “ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2005, p.15). A autora complementa que o discurso é o “lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2005, p.17).

Na obra *Análise de Textos em Comunicação*, Maingueneau (2013) sublinha concepções de discurso no senso comum:

No uso comum, chamamos de “discurso” os enunciados solenes (“o presidente fez um discurso”), ou, pejorativamente, as falas inconsequentes (“tudo isso é só discurso”). O termo pode igualmente designar qualquer uso restrito da língua: “o discurso islâmico”, “o discurso político”, “o discurso administrativo”, “o discurso polêmico”, “o discurso dos jovens” [...]. (MAINGUENEAU, 2013, p.57)

Ainda segundo Maingueneau (2013), esse tipo de pensamento gera ambiguidade para a definição, uma vez que,

pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos: “o discurso comunista é tanto o conjunto de textos produzidos por comunistas, quanto o sistema que permite produzir esses textos e outros ainda, igualmente qualificados como textos comunistas”. (MAINGUENEAU, 2013, p.57)

Fernandes (2008) afirma que, para analisarmos o discurso enquanto através dos dispositivos propostos pela Análise de Discurso, precisamos romper com essas acepções cotidianas e “procurar compreendê-lo respaldados em acepções teóricas relacionadas a métodos de análise” (FERNANDES, 2008, p.12).

Retomemos as noções de Maingueneau (2013) para incluir noções das ciências humanas sobre o discurso, reunidas sob a etiqueta da pragmática⁴:

- a) **o discurso é uma organização situada para além da frase:** A extensão do texto não é significativa para caracterizar um discurso. Placas de sinalizações, como “é proibido fumar”, são unidades que podem ser consideradas como completas, embora sintéticas.
- b) **o discurso é orientado:** Em toda forma discursiva há uma finalidade que, dirige-se, supostamente, para algum lugar. Todavia, durante esse percurso pode ocorrer desvios

⁴ A pragmática é o ramo da linguística (área de estudo científico da linguagem) que estuda os “atos de fala” da linguagem em seus diversos contextos: entre as palavras, os interlocutores e o contexto.

(digressões), retomada de direção inicial, subversão de sentido etc. “Sua linearidade manifesta-se frequentemente por um jogo de antecipações (“veremos que...”, voltaremos ao assunto...)” ou de retomadas (“ou melhor...”, “eu deveria ter dito...””) (MAINGUENEAU, 2013, p.59).

- c) **o discurso é uma forma de ação:** Toda enunciação consiste em um ato, como prometer, sugerir ou interrogar, visando modificar alguma situação. Falar enreda ações e, não somente, representações.

Em um nível superior, esses atos elementares se integram em discursos de gênero determinado (um panfleto, uma consulta médica, um telejornal...) que visam produzir uma modificação nos destinatários. De maneira mais ampla, a própria atividade verbal encontra-se *relacionada com atividades não verbais*. (MAINGUENEAU, 2013, p.60)

- d) **o discurso é interativo:** Toda enunciação implica em uma interatividade constitutiva, pois é, conforme Maingueneau (2013, p.60), “uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadore, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu próprio discurso”. Esse postulado relaciona-se com o conceito de **dialogismo**, proposto pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin. Para o teórico, a linguagem é constitutivamente dialógica, pois “ela é impossível sem interação e esta interação está pressuposta já na produção da fala” (BENETTI, 2016, p.236). Segundo Benetti (2016, p.3), o dialogismo envolve dois planos, conforme o primeiro “[...] diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade”, e o segundo “[...] às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos”. No entanto, é fundamental a distinção entre dialogismo e polifonia. Rechdan (2003, *online*) explica sinteticamente a noção ao pontuar que, enquanto o dialogismo é “o princípio dialógico constitutivo da linguagem”, a polifonia é “caracterizada por vozes polêmicas em um discurso”. Assim, podem existir discursos monofônicos, com uma voz sobrepujante, no caso de um artigo de opinião, e discursos polifônicos, onde as diversas vozes formam uma teia de ideias, pensamentos e personalidades próprias, como é o caso de um romance e seus personagens constitutivos.

- e) **o discurso é assumido por um sujeito:** Conforme Maingueneau (2013, p.61), o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais [...]” . O próprio Pêcheux (1975), embasado nos conceitos de Althusser, já afirmava que não há discurso sem sujeito, nem sem ideologia (ORLANDI, 2005, p. 17). Adiante, no subcapítulo 4.2, essa noção será melhor especificada com a articulação teórica sobre o significado de “Sujeito” dentro da Análise de Discurso.
- f) **o discurso é regido por normas:** Assim como todo comportamento social, o discurso também é dotado de especificidades. Uma pergunta, por exemplo, implica que um locutor saiba respondê-la. “Cada ato de linguagem implica, ele mesmo, normas particulares” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 171).
- g) **o discurso é considerado um bojo no interdiscurso:** O discurso só pode ser compreendido a partir de outros discursos já pré-estabelecidos. “Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros □ outros enunciados que são comentados, parodiados, citados [...]” (MAINGUENEAU, 2013, p.62). Orlandi (2005, p. 31) define o interdiscurso como:

aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

O discurso, enquanto objeto de estudo da AD, não se ocupa da gramática, nem de aspectos linguísticos. Mas esses elementos são de extrema importância, considerando que, assim como o discurso é a materialidade específica da ideologia, a língua é a materialidade específica do discurso (ORLANDI, 2005). Mittmann (2010) complementa ao analisar que tudo se dá pela língua: “Se o discurso se dá no cruzamento entre o vertical (linguístico), é através do texto que esse linguístico se materializa, ou seja, o texto é a materialização do discurso na língua [...]” (MITTMANN, 2010, p.88).

Durante exploração e estudo dos conceitos fundamentais da AD, pode-se surgir dúvidas e ambiguidades no que se refere aos vocábulos “discurso” e o “texto”. Assim, faz-se necessário, uma breve distinção. Para Brandão (2006, p.110), o texto é “uma unidade complexa de significação cuja análise implica as condições de sua produção (contexto histórico-social, situação, interlocutores). Charaudeau e Maingueneau (2002, p.466) recorrem a obra *Institutos de*

Oratória, do orador e professor de retórica romano Quintiliano, ao expor que o texto refere-se à perspectiva da composição, ou seja, “[...] da união entre a invenção (escolha dos argumentos), a elocução (colocação em palavras), e a disposição (organização ou plano do texto). Constatase, portanto, que o discurso se constitui através da articulação entre processos ideológicos e linguísticos.

3.3 O Discurso Jornalístico

O discurso é uma das possibilidades de análise do jornalismo. Como sugere Schwaab (2007, p.12), “enquanto sistema organizado (o jornalismo) traz em si a marca de ser disseminador de leituras de mundo, transformadas em discurso”. Complementando, Schwaab reflete que “[...] ao produzir uma notícia, o jornalista estabelece uma série de relações, seja com as fontes, com a sociedade, ou com os membros da comunidade profissional” (*Ibid.*).

Rodrigues (2002) aponta que o discurso é o principal produto e finalidade da função midiática, e não apenas uma das suas muitas funções. Exemplificando: “A mídia produz discursos como os pintores pintam telas, os músicos compõem músicas, os arquitetos projetam edifícios. É claro que a mídia desempenha também outras funções, mas todas elas têm no discurso o seu objetivo e a sua expressão final” (RODRIGUES, 2002, p. 217 *apud* SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 50).

Jacks e Machado (2001) dialogam com Bourdieu e Foucault a respeito do caráter de credibilidade do discurso jornalístico:

O jornalismo informativo, gênero supostamente ‘não contaminado’ pela opinião, pela valoração e pela ideologia define a si mesmo como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo fazer crer que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade. Não poderia ser diferente, já que o que está em jogo é sua credibilidade como diz Bourdieu, “seu capital”, aquilo que lhe confere valor. Ou, como diria Michel Foucault, na posição em que está, o jornalismo não poderia dizer outra coisa de si mesmo” (JACKS; MACHADO, 2001, p.1, grifos das autoras)

Para produzir as notícias, o jornalista utiliza um recorte, a partir de escolhas, que excluem ou acentuam determinados aspectos dos acontecimentos, amparado sempre pelo capital simbólico, a credibilidade (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 50). Essas escolhas, no entanto, não são neutras e estão permeadas de efeitos, conforme serão explicados nas próximas linhas.

3.4 O Sujeito e as formações discursivas

Conforme Benetti (2016, p.239), é essencial compreender a “dinâmica em que o sujeito é descentrado, dividido e integrado ao funcionamento dos processos discursivos”. Embora

tenhamos convicção de que este sujeito não é plenamente autônomo, pois é assujeitado pelas condições materiais, pela ideologia e pela cultura. O sujeito é responsável por colocar a língua em funcionamento. O faz, todavia, “dentro de determinadas condições, uma vez que este sujeito não é fonte de sentido, nem senhor da língua” (SCHWAAB, 2007, p.17).

Um primeiro movimento importante dentro da AD é distinguir o conceito “Sujeito” de “Indivíduo”. Conforme Brandão (2006), “o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia”. Um indivíduo, por sua vez, fragmenta-se em muitos sujeitos que ocupam determinadas posições. Conforme o contexto, colocamo-nos em uma determinada posição de sujeito. Esse processo, segundo Jacks e Machado (2001), nem sempre é consciente e reflexivo. Essa mobilidade de assumirmos posições é cunhada por Foucault como dispersão. Ainda segundo Jacks e Machado (2001, online, grifos das autoras):

Tornamo-nos sujeitos no processo em que somos praticamente obrigados a nos posicionar desta ou daquela maneira, escolhendo estas e não aquelas palavras, usando este tom ao invés daquele. O sujeito vai então se posicionar ocupando um lugar determinado, o lugar *de onde fala*. Essa interpelação é marcada, como lembra Mikhail Bakhtin (1986), pelo horizonte social de uma época e de um grupo. Por isso às vezes podemos dizer uma coisa em um lugar, para uma pessoa, e não podemos dizer a mesma coisa em outro lugar, para outra. Porque sob uma determinada configuração ideológica, que diz respeito ao lugar que ocupamos e ao papel que representamos, nos é permitido dizer isto, mas não aquilo”.

Portanto, o indivíduo somente se manifesta quando se dispersa em vários sujeitos. Esse “sujeito disperso” fala por meio do que Foucault estabeleceu como as “formações discursivas”. Orlandi (2005, p. 43) as define “como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada, determina o que pode e deve ser dito”. A partir dessa inscrição, a autora propõe dois pontos de reflexão:

A. O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas [...]. (ORLANDI, p. 43)

B. É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. [...] (ORLANDI, p. 44-45)

Conforme Brandão (2006, p. 48), as FD envolvem dois tipos de funcionamento. Primeiro, por movimentos de paráfrase, que são “enunciados retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade”. Ou seja,

trabalhando com o dizível e a memória. A essa noção, Orlandi (2005, p. 36) opõe a polissemia, que é um movimento de equívoco, de deslocamento e de ruptura dos processos de significação. Esses dois pesos trabalham constantemente no percurso do dizer. Em segunda instância, as FD são concebidas pelo pré-constituído: “Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. E o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já-ai” (BRANDÃO, 2006, p. 48). Por “enunciação”, Brandão (2006, p. 106) esclarece: “emissão de um conjunto de signos que é produto da interação de indivíduos socialmente organizados. A enunciação se dá num aqui e agora, jamais se repetindo. Ela se marca pela singularidade”.

Como dito no início do capítulo, as formação discursiva (FD) é um conceito concebido por Foucault (1969) ao interrogar-se sobre as condições da história e do discurso que se constituem nos sistemas saber. Por meio disso, Pêcheux associou a noção de FD, dentro da AD, como um local de articulação entre língua e discurso e atribuem-lhe três frentes teóricas: a **ilusão discursiva**, as **formações imaginárias** e as **formações ideológicas**.

A **ilusão discursiva**, conforme Pêcheux envolve dois tipos de esquecimento. No primeiro,

[...] o sujeito rejeita, apaga, inconsciente e, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva; por ele e que o sujeito "recusa" essa e não outra sequência para que obtenha esse e não outro sentido. Nesse processo de apagamento, o sujeito tem a ilusão de que ele é o criador absoluto de seu discurso. (BRANDÃO, 2006, p.82).

Machado e Jacks (2001) exemplificam esse tipo de esquecimento pela relação entre o discurso jornalístico e as suas fontes. Para as pesquisadoras, é muito comum que os jornalistas utilizem e incorporem as visões e expressões fornecidas pelas fontes inconscientemente. No entanto, no momento em que redige o texto, considera-se como o autor, “esquecendo” dos aspectos que foram incorporados.

O segundo tipo de esquecimento, define-se por:

[...] um funcionamento de tipo pré-consciente ou consciente na medida em que o sujeito retoma o seu discurso para explicar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa: na medida em que, para antecipar o efeito do que diz, utiliza-se de "estratégias discursivas" tais como a "interrogação retórica, a reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambiguidade". E a operação de seleção linguística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito; em que, no interior da formação discursiva que o domina, elege algumas formas e sequências que se encontram em relação de paráfrase e "esquece", oculta as outras [...]. (BRANDÃO, 2006, p. 82)

As notícias, em sua grande maioria, são estruturadas a partir do modelo clássico da pirâmide invertida, ou *lead*, recortando os elementos principais e destacando-os. Também, para manter certos critérios de “objetividade”, a adjetivação não é uma prática recorrente. Assim

como, utilizam-se métodos de entrevistas, com perguntas orientadas, para sustentar sua natureza de “fazer crer”, como assimila Berger (1998).

As **formações imaginárias**, por sua vez, designam “o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmos e ao outro, como uma imagem que fazem do seu próprio” (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p. 54). O jornalismo sempre tem em mente um “público leitor” e escolhe as temáticas e a linguagem conforme o interesse do público. O próprio jornal, segmentado em cadernos (como saúde, esporte, infantil, entre outros), é uma forma de direcionar assuntos de afinidade para um público específico.

Por fim, há as **formações ideológicas**, que Brandão (2006, p.107) define como:

um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras (Haroche et al.). Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas.

As formações ideológicas criam um “ocultamento da realidade social” (CHAUÍ, 1981), produzindo consensos:

a sensação que os leitores freqüentemente têm de “ler a mesma coisa” em dois jornais ou “ver a mesma reportagem” em dois canais de TV é explicada porque, embora os locutores sejam distintos nesses casos jornalistas que trabalham em empresas diferentes fazem reportagens e textos diferentes, a perspectiva sob a qual eles falam pode ser a mesma. Ambos seguem as mesmas normas, aceitas ao longo da história do jornalismo como “corretas”, ou “adequadas”, ou “inquestionáveis”. (MACHADO; JACKS, 2011, *online*).

É importante, dentro das FDs, compreender que as mesmas não podem ser consideradas como blocos homogêneos que funcionam automaticamente. “Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas, suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 2005, p.44). As formações discursivas, portanto, terão em sua base diversas formações ideológicas interligadas. Devemos pensar a constituição dos discursos a partir do atravessamento de diferentes formações discursivas que se organizam em função de uma dominante.

3.5 A ideologia

Ao longo da exposição teórica, mencionamos, muitas vezes, o termo **ideologia**. Cabe-nos, neste momento, pincelar algumas ideias. Isso porque, assim como os fundamentos da análise de discurso, a ideologia também é um conceito flexível, não estático, que deve ser pensado a partir da vertente de cada pessoa que refletiu acerca do tema e do contexto histórico

em a mesma estava inserida. Eagleton (1997, p. 15) afirma que devemos, justamente, abraçar esses contrastes para estudar a ideologia. Segundo o autor,

o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente seria, portanto, inútil, se é que possível. A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.

Por questões práticas e direcionais, iremos tomar como base o recorte teórico feito por Brandão em sua obra *Introdução à Análise de Discurso* (2006). Então, a ideologia será refletida conforme as concepções clássicas de De Tracy e Napoleão Bonaparte, Karl Marx e Friedrich Engels, tendo como auxílio a leitura da filósofa Marilena Chauí, além de Louis Althusser e Paul Ricœur.

O primeiro registro que temos do uso do termo **ideologia** é no final do século XVIII, sob o contexto da Revolução Francesa. O Conde De Tracy (1754-1836), filósofo e soldado francês, utilizou a palavra como definição de um “estudo das ideias”. Sua concepção cientificista pretendia “elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente.” (CHAUÍ, 1981, p. 22). De Tracy pertencia ao grupo de ideólogos franceses que partilhavam a crença nas ciências experimentais como forma de progresso moral, indo contra ao ensino teológico e o sistema monárquico. Os ideólogos foram partidários de Napoleão, pois consideravam suas ideias liberalistas atreladas aos princípios da Revolução Francesa. Contudo, a situação reverteu-se e, conforme apanhado histórico de Chauí (1981, p. 24), foi a partir da decepção dos ideólogos com Napoleão que surgiu o sentido pejorativo da ideologia enquanto termo:

Enquanto Cônsul, Napoleão nomeou vários dos ideólogos como senadores ou tribunos. Todavia, logo se decepcionaram com Bonaparte, vendo nele o restaurador do Antigo Regime. Opõe-se às leis referentes à segurança do Estado e são por isso excluídos do Tribunado e sua Academia é fechada. Os decretos napoleônicos para a fundação da nova Universidade Francesa dão plenos poderes aos inimigos dos ideólogos, que passam, então, para o partido da oposição.

Após isso, num decreto ao Conselho de Estado em 1812, Napoleão atribuiu aos ideólogos todas as desgraçadas que estavam pairando sob a França, afirmando que suas ideias eram “deformadoras da realidade”.

O termo volta a ganhar força e notabilidade com Marx e Engels. Chauí (1981, p.102) caracteriza a concepção marxista de ideologia como “um instrumento de dominação de classe”,

pois, uma vez que a classe dominante tem à sua disposição os meios de produção material, por consequência, sua dominação estende-se, também, para os meios de produção espiritual, ou seja, aos pensamentos e ideias de seu tempo. A propagação da ideologia da classe dominante se dá através de meios como a educação, a religião, os costumes, os meios de comunicação, entre outros.

Assim, a ideologia passa a ser um instrumento utilizado pela classe dominante na construção de ideias universais. Todavia, a ideologia só é possível quando há a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, conforme pontua Chauí (1981, p. 65-66):

Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias. Ou seja: as idéias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material.

Em contrapartida, é errôneo afirmarmos que a ideologia é um processo subjetivo e consciente, mas sim um “fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (CHAUÍ, 1981, p. 78). Isso se dá pela relação de alienação dos indivíduos com suas respectivas classes sociais, que se estabelecem como algo já determinado, que fixa formas de pensamento e ações. Como destaca Chauí (1981, p. 78), “os indivíduos não podem perceber que a realidade de classe decorre da atividade de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não”. Sumariamente, para Marx, as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes de uma sociedade.

As classes dominantes ⁵asseguram seu poder perante as classes operárias através do Estado, considerado por Marx como uma “máquina de repressão”. Sendo assim, a luta de classes gira em torno da tomada do poder de Estado. Todavia, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1970), Althusser estabelece que o Estado não deve ser tratado apenas na perspectiva da repressão e, para isso, estabelece a distinção entre os Aparelhos Repressores do Estado (que compreendem o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (que compreendem instituições como a religião, a escola, a família, o direito, a política, o sindicato, a cultura e a informação). A diferença básica é que, enquanto o primeiro age sob a coibição (incluindo, também, a violência física), o segundo opera através da ideologia.

⁵ No século XIX, referindo-se à classe burguesa e à «classe» dos proprietários de terras.

Na segunda parte do seu ensaio, Althusser, como assinala Brandão (2006) retoma suas indagações sobre a ideologia, mas, desta vez, tratando sobre a ideologia em geral, que é “a “abstração dos elementos comuns de qualquer ideologia concreta, a fixação teórica do mecanismo geral de qualquer ideologia” (ALTHUSSER, 1970 *apud* BRANDÃO, 2006, p. 24). Assim, formula algumas teses acerca do termo: a) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”; b) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”; c) “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”. (*op. cit.*) A última postulação será uma das bases teóricas de Pêcheux para a formulação da Análise de Discurso de Linha Francesa, assim como foi explicado anteriormente.

Por último, Brandão (2006, p. 26) traz a concepção de ideologia para o pensador francês Paul Ricoeur. Para a autora, há uma tendência em interpretar os fenômenos ideológicos a partir de uma concepção marxista, acarretando, de certa forma, em uma redundância, pois o conceito é justificado apenas pela função dos interesses da classe dominante. Dialogando com Ricoeur, tem-se novas perspectivas, que não renegam as ideias marxistas de identificação da ideologia com noções de erro, mentira ilusão, mas compreendem, também, que há funções anteriores e básicas que concerne à ideologia em geral, analisando-a em três instâncias. Na primeira, a ideologia é tida como uma “função geral”, que serve como mediadora de integração social, na coesão do grupo. Em seguida, há a função de dominação, ligado aos aspectos hierárquicos:

Toda autoridade procura, segundo seus sistemas políticos, legitimar-se, e para tal, é necessário que haja correlativamente uma crença por parte dos indivíduos nessa legitimidade. Como a legitimação da autoridade demanda mais crença do que os indivíduos podem dar, surge a ideologia como sistema justificador da dominação. (BRANDÃO, 2006, p. 29)

Por fim, há a função de deformação, onde a ideologia adquire propriamente a noção marxista, na qual a ideologia é ilusão, um mundo de cabeça para baixo, invertido. Assim, Ricoeur pensa a ideologia em diversas instâncias, postulando que não há somente um único discurso ideológico, mas sim que todos os discursos são ideológicos.

Traçar ideias sobre a concepção de ideologia é fundamental para os próximos passos deste trabalho, considerando que todos os seres possuem crenças e ideologias que se materializam, por sua vez, nas suas práticas discursivas. Uma das funções do analista, que aplica como dispositivo teórico-metodológico os fundamentos da Análise de Discurso, é, justamente, identificar esses traços ideológicos para uma compreensão profunda do dizer.

4. ANÁLISE: OS EFEITOS DE SENTIDO NA NARRATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

Neste capítulo, analisaremos a reportagem *Escravos do Ouro*, da ONG Repórter Brasil, utilizando como dispositivo teórico as ideias da Análise de Discurso de Linha Francesa (AD), discorridas no capítulo anterior. O percurso irá traçar a(s) formação(ões) discursiva(s) encontradas ao logo do texto para, assim, captar os efeitos de sentido que a sustentam. Antes, porém, vamos trazer brevemente aspectos históricos da escravidão no Brasil e uma contextualização sobre o trabalho da ONG Repórter Brasil.

4.1 Breve contexto histórico sobre o trabalho escravo

A história desumana da escravidão teve início na Antiguidade, onde os povos vencidos em guerras eram escravizados como forma de pagamento de dívidas. Na época, o trabalho não “dignificava o homem”, pois era considerada como algo “[...] desprestigiado, indigno mesmo de um cavaleiro, um nobre”, como assinala Manzini-Covre (2002, p. 21).

No Brasil, a mão-de-obra escrava foi introduzida no século XVI. Os portugueses começaram escravizando indígenas, porém diversos fatores começaram a dificultar tal prática, sobretudo com a oposição dos religiosos, que incluíam tais populações como parte do projeto de expansão do catolicismo pelas Américas e o conhecimento de rotas para fugas, já que eram habitantes nativos (e pertencentes por direito) do território brasileiro. Conforme o *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos* (2018), organizado por Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes, dados historiográficos revelam que os primeiros africanos começaram a desembarcar no Brasil em 1550, no estado de Pernambuco. Indígenas e africanos foram escravizados simultaneamente nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste. Com o tempo, porém, a viabilidade e lucro fizeram com que a escravidão africana prevalecesse, pois os portugueses já tinham experiência com os africanos e suas habilidades em Portugal e na ilha da Madeira. Advindos de sociedades habituadas à pecuária, a sistemas agrícolas complexos, à metalurgia e outras atividades qualificadas, os africanos possuíam “atributos ideias” para o ofício na fabricação do açúcar, como justificavam os colonizadores. No entanto, é importante ressaltar que não houve uma transição fixa entre mão de obra indígena para mão de obra africana. Conforme Gomes e Schwarcz (2010), até meados do século XVIII, as populações cativas africanas e as indígenas habitavam lado a lado nas mesmas unidades, realizando trabalhos semelhantes.

O tráfico de escravos africanos é um capítulo perverso à parte dentro da história da escravidão. A viagem até o Brasil dava-se em grandes navios com condições miseráveis e desumanas. Muitos morriam vítimas de doenças, de maus tratos e da fome. Os que sobreviveram

até o destino, eram separados de seus grupos linguísticos e culturais e misturados com outros de tribos diversas para que não pudessem se comunicar. Sem nenhum direito, alimentavam-se precariamente, dormiam em senzalas (espécie de galpão úmido e escuro) e recebiam castigos físicos.

Além desse fato, nosso país guarda outros agravantes sobre a escravidão, pois não somente foi o último país das Américas a abolir tal prática, como também foi aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com escravos em todo o território. Estima-se que os navios negreiros tenham comercializado, pelo menos, cinco milhões⁶ de africanos com o Brasil entre os séculos 16 e 19.

“No papel”, a abolição da escravidão ocorreu em 1888, quando a princesa regente Isabel assinou a Lei Áurea. Todavia, é importante ressaltar que a lei foi o resultado de um sistema complexo envolvendo pressões do movimento abolicionista, manifestações de escravos, formação de quilombos, compra de alforrias, entre outras situações tendo os escravos como protagonistas diretos. “A lei por si só, e conservadora como foi, não prevendo nenhum projeto de inclusão social, não tinha o poder de redimir desigualdades assentadas, apagar hierarquias naturalizadas” (GOMES; SCHWARCZ, 2018, p.18).

Passados mais de um século, o fato retornou ao debate no âmbito legal no Brasil. Em 1995, o país reconheceu a existência do trabalho escravo contemporâneo no país, sendo uma das primeiras nações a admitir tal fato. Conforme Moura (2015, p.78) a prática é datada no país:

A chamada escravidão contemporânea torna-se visível no Brasil ao final da década de 60, momento em que o país vivia o início do seu milagre econômico e a região amazônica tornava-se alvo de vultosos projetos de infraestrutura, visando à implantação de empreendimentos econômicos assentados na utilização predatória dos recursos naturais e da força de trabalho.

O uso de mecanismos repressivos para imobilizar a força de trabalho necessária a esses empreendimentos passa a ser um traço recorrente na história desta região, aparecendo com relevo aquilo que a bibliografia especializada designa como escravidão por dívida.

A lei brasileira reconhece o trabalho escravo como uma situação na qual pessoas são submetidas a condições degradantes de trabalho, ao trabalho exaustivo e/ou a formas de privação de liberdade e ao trabalho forçado. Essa definição está prevista no **artigo 149 do nosso Código Penal**.⁷

⁶ Dado obtido através da reportagem “**O trabalho escravo é uma realidade. Mas as punições, não**”, publicada pelo jornal digital Nexo em 12 de abril de 2016, com autoria de Ana Freitas. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/04/12/O-trabalho-escravo-é-uma-realidade.-Mas-as-punições-não>>

⁷ **Art. 149.** Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Dentro deste contexto de lutas, em 2001, surge a ONG Repórter Brasil, com ações sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes sobre trabalho escravo no país.

4.2 A ONG Repórter Brasil

A Repórter Brasil é uma organização não-governamental brasileira, fundada em 2001, por um grupo de jornalistas, cientistas sociais e educadores movidos pelo objetivo de “fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil”. A ONG atua através de quatro eixos fundamentais: o jornalismo social, os projetos de educação e comunicação, o combate à escravidão e pesquisa sobre agrocombustíveis.

Conforme relato do site institucional, o início de suas atividades se deu através de oficinas de produção de reportagens chamadas *Jornalismo e Periferia* em bairros da cidade de São Paulo. Também se organizou uma página na internet para publicações de grandes reportagens em jornalismo social. Além disso, em parceria com a Ciranda de Notícias, participou da cobertura da segunda edição do Fórum Social Mundial, em 2003, na cidade de Porto Alegre.

O combate à erradicação do trabalho escravo estava elencado, desde a fundação da ONG, como um dos principais objetivos da organização. Isso fez com que em 2003, devido ao seu trabalho na área, ingressasse como representante da sociedade civil na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Em 2004, criou-se o programa de prevenção ao trabalho escravo chamado *Escravo, nem Pensar!*, que visa a conscientização acerca da temática do trabalho escravo contemporâneo e, por consequência, a diminuição de casos envolvendo esse tipo de crime. Para isso, realizam-se formações com professores e lideranças sociais, a fim de formá-los para inserir o tema do trabalho escravo contemporâneo dentro das salas de aula e das comunidades.

Em 2006, **Leonardo Sakamoto**⁸, jornalista e coordenador geral da ONG Repórter Brasil, recebeu o Prêmio Combate ao Trabalho Escravo concedido pela Organização Internacional do Trabalho, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

⁸ Além da atuação na ONG, o jornalista Leonardo Sakamoto possui um blog pessoal, vinculado ao portal Uol, (Disponível em: <www.blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/>) onde escreve opiniões pessoais sobre política e direitos humanos. Todavia, a Repórter Brasil faz questão de distinguir que “o Blog do Sakamoto não faz parte da organização, sendo de responsabilidade de seu autor”.

A ONG Repórter Brasil não tem fins lucrativos. Seu funcionamento é financiado por meio de doações dedutíveis de imposto de renda de empresas ⁹ que se solidarizam com o trabalho. Desde 2012, é possível a doação de pessoas físicas. Anualmente, a ONG publica relatório de transparência sobre as contas da instituição, disponibilizados através do próprio site. No mesmo ano, também passou a adotar a licença *Creative Commons*, na qual as produções da área jornalística podem ser reproduzidas sem qualquer tipo de alteração desde que citada a fonte. Sua utilização por terceiros para quaisquer fins, inclusive para os comerciais, fomentando, ainda mais, a circulação do conteúdo e a inserção do mesmo ao debate público.

4.3 Contextualização da reportagem

A reportagem *Escravos do Ouro* foi publicada no site da ONG Repórter Brasil em 23 de agosto de 2018. O texto foi escrito pela jornalista **Ana Aranha** ¹⁰ e as imagens são do fotógrafo **Lilo Clareto** ¹¹. O fato ocorreu no município de Itaituba, no Pará, conhecido pela intensa atividade de mineração de ouro, no Vale do Rio Tapajós, e pela sua grande diversidade de paisagens naturais. Conforme o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2010, sua população é de 97.343 habitantes.

A ONG Repórter Brasil distribui suas reportagens em três sessões: *Especiais multimídia*, que engloba reportagens investigativas publicadas em formato multimídia, com vídeos,

⁹ Na sua **política de financiamento**, a ONG faz questão de ressaltar que 1) não aceita financiamento de empresas e pessoas que esteja na “lista suja” do trabalho escravo; 2) não aceita recursos de empresas que tenham sido citadas pela organização em denúncias de degradação ambiental e formas de exploração social e trabalhista por, pelo menos, um ano. 3) O diretor geral da Repórter Brasil é proibido de comprar e vender ações em âmbito particular; 4) O programa de jornalismo da Repórter Brasil não aceita financiamento de governos federal, estaduais e municipais; 5) O financiamento público para os programas da Repórter Brasil não pode ultrapassar 30% do total do orçamento da organização; 6) A Repórter Brasil não cobra por palestras e qualquer informações solicitadas por órgãos e atores do Estado, instituições educacionais, imprensa e organizações e movimentos sociais.

¹⁰ **Ana Aranha** formou-se pela Universidade de São Paulo (USP) em 2004. Sua carreira profissional começou pela revista *Época*, publicada pela Editora Globo. No local, participou das editorias de política, cultura, geral e sociedade. Desde 2011, dedica-se ao jornalismo independente, colaborando para diversos veículos como *The Guardian*, *El Mundo*, *Agência Pública*, *Veja*, *Rolling Stone*, *Marie Claire* e *GQ*. Além de repórter, dentro da ONG Repórter Brasil, atua como Coordenadora de projetos especiais.

¹¹ **Lilo Clareto Clareto** foi apresentado ao fotojornalismo aos 26 anos, quando trabalhou por um ano no *Diário do Povo*, em Campinas. Após, mudou-se para São Paulo e passou a atuar como freelancer no jornal *Diário Popular*, em 1988. Um ano depois se fixou como freelancer no *Estadão*, sendo contratado em 1991, permanecendo até o final de 1999. Nesse período ganhou alguns prêmios, como o *Líbero Badaró*, uma das principais premiações do jornalismo brasileiro. Entre 2000 e 2007, compôs a equipe da *Revista Época*. Sobre esse período, Lilo descreve em seu site pessoal (<http://www.liloclareto.com.br>) “Nessa modalidade tive oportunidade de realizar viagens inesquecíveis por todos os cantos do Brasil, compondo parcerias com os jornalistas da casa. Devo destaque especial para a parceria com a querida amiga **Eliane Brum**. Parceria que marcou minha história e deu convicção à minha alma de jornalista. Foram tantas e tão marcantes as reportagens que pudemos sentir que, naquele momento, resgatamos o antigo conceito de *dupla de reportagem*”. Depois de 35 anos trabalhando em redações, passou a atuar de forma autônoma, focando seu trabalho na comunicação corporativa, atendendo diversas instituições, entre elas o Hospital Sírio Libanês e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Continua atuando no fotojornalismo de forma independente, especialmente na área socioambiental, publicando em veículos como o *El País* e *Repórter Brasil*.

ferramenta interativa, 3D, infográficos e fotos, *Nossas reportagens*, que engloba todas as reportagens já publicadas pela agência de jornalismo da Repórter Brasil, organizadas cronologicamente e, por fim, *Read our stories*, que reúne algumas reportagens traduzidas para o inglês, ampliando o acesso para além das pessoas que compreendem a língua portuguesa. A reportagem analisada no presente trabalho situa-se na segunda sessão, denominada *Nossas reportagens*.

Entre os elementos gerais que compõem narrativamente a reportagem estão o texto, fotografias e um infográfico. Com o título principal *Escravos do Ouro*, o discurso se desenvolve ao longo 33 parágrafos textuais, subdivididas em três “capítulos” denominados: *Um grande comércio*, *Medo e respeito* e *Punição*. As fotografias são expressivas na narrativa: ao todo, 28 são exibidas. Por fim, há um infográfico na reportagem, apresentando dados de desmatamento do garimpo, conforme figura 1.



Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018.

4.4 Do caso reportado

A reportagem traz como tema central o resgate de trabalhadores sob condições de trabalho escravo contemporâneo em um garimpo ilegal no município paraense de Itaituba. O resgate configurou-se numa grande operação que contou com a participação do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho (MTb), da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público Federal (MPF), da Polícia Militar e, também, do Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade (ICMBio), já que o garimpo estava localizado na Floresta Nacional do Amaná, área de preservação ambiental.

A narrativa nos traz relatos minuciosos de como era a vida dentro do garimpo, em condições degradantes, de jornadas exaustivas, sem condições mínimas de segurança e saúde, e submissão a um regime de servidão por dívidas.

O garimpo era comandado por Raimunda Oliveira Nunes. A proprietária recrutava trabalhadores para exploração de ouro no local e oferecia uma porcentagem como pagamento (entre 3 e 7% do ouro que extraíam), não havia carteira assinada, sequer direitos trabalhistas. No garimpo, era proibido trazer comida de fora, os alimentos eram vendidos numa espécie de cantina com preços acima da média do mercado. Também era proibido namorar, mas a prática de prostituição era incentivada por Raimunda. Além disso, para entrar em contato com suas famílias, os trabalhadores deveriam pagar transporte até o local onde havia um rádio, pois o acesso à internet era proibido. Sumariamente, todos os gastos dentro do garimpo eram controlados pela proprietária através de um caderno. Conforme relatos, alguns trabalhadores deviam tanto que não conseguiam sair do garimpo, configurando numa das práticas mais comuns ao trabalho escravo contemporâneo: a servidão por dívida.

Após a interdição do garimpo e o resgate dos trabalhadores, órgãos responsáveis apuraram R\$366.812 de verbas salariais e rescisórias devidas aos trabalhadores resgatados, além de R\$4.800.000 em multa ambiental, pela destruição causada à Floresta Nacional do Amaná.

4.5 Dispositivo Analítico: O estudo dos sentidos

Dentro da Análise de Discurso (AD) não existem regras fixadas para a análise. Fica ao encargo do pesquisador, a partir de sua relação com o discurso, a construção de um dispositivo analítico, “optando pela mobilização desses ou aqueles conceitos, esse ou aquele procedimento, com os quais ele se compromete na resolução da sua questão” (ORLANDI, 2005, p. 27). Na AD, o pesquisador deve reconhecer-se, essencialmente, com um sujeito que participa ativamente do processo. “Também o pesquisador é um sujeito que produzirá sentidos sobre os textos analisados” (BENETTI, 2016, p. 242).

No presente trabalho, temos como questão primordial compreender como o discurso de uma mídia alternativa, no caso a ONG Repórter Brasil, organiza-se narrativamente, elencando quais elementos são evidenciados no processo. Assim, utilizamos como percurso de pesquisa o estudo dos sentidos. Benetti sugere que (2007, p. 111)

É preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que esta estrutura vem “de fora”: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário.

Primeiro, identifica-se a formação discursiva (FD), sendo essa uma *região de sentidos*. Dentro do mapeamento dos sentidos, limita-se “o campo da interpretação aos sentidos nucleares, que é a reunião, em torno de uma FD, de diversos pequenos significados que constroem e consolidam aquele sentido nuclear” (BENETTI, 2007, p. 112). Depois de identificar os principais sentidos e reuni-los em torno de uma FD, deve-se buscar, fora do âmbito do texto analisado, “a constituição dos discursos ‘outros’ que atravessam o discurso jornalístico” (BENETTI, 2007, p. 113).

A partir da bibliografia lida, elencamos que o discurso da reportagem *Escravos do Ouro* é constituído por uma **Formação Discursiva (FD)** predominante, denominada como **FD contra hegemônica**. A seguir, vamos expor as unidades de sentido, organizados em torno de **sequências discursivas (SD)**, que foram encontradas ao longo da análise.

4.5.1 Figuras de Linguagem

A reportagem apresenta aspectos que subvertem a narrativa tradicional do jornalismo. As figuras de linguagem tornam o texto denso nos sentidos que o permeiam. São construções que atravessam o “real imediato”, puramente descritivo, e penetram “vivências profundas” (MEDINA, 1996). Cremilda Medina (1996) defende que o aprendizado junto à arte, levando em conta incorporação de elementos literários, propicia novas capacidades de simbolização ao texto jornalístico, tornando-o mais humano.

Só um jornalista exposto à sensibilidade, racionalidade e ações criativas precípuas ao artista, poderá, ele próprio, se aperfeiçoar para conviver mais complexamente com o real imediato. A literatura, ou a palavração por excelência, lhe oferece, entre as demais artes, um bom arsenal de estímulos e de percepções. A percepção, observação e lida cotidiana se enriquece, amplia-se a cosmovisão, assim como se ampliam as narrativas. (MEDINA, 1996, p. 215)

Preliminarmente, observamos que ela não segue o padrão do *lead*, definido como o primeiro parágrafo que introduz, de modo organizado e resumido, o assunto a ser abordado pelo discurso jornalístico, conforme a SD1.

SD1 - O garimpo de Raimunda Oliveira Nunes desenvolveu um eficiente sistema de produção. Mas o seu diferencial não está no modo como extrai metal do solo, e sim na técnica para tirar o ouro dos seus funcionários.

Na SD1, percebemos que a introdução da reportagem é realizada através de uma figura de linguagem: a **ironia**. Partindo da descrição de “eficiente”, sistema que Raimunda Oliveira Nunes operava em seu garimpo. Em seguida, o desmembrando o sentido de eficiência (geralmente assimilado no caráter positivo) revelando que, na verdade, o diferencial estava no modo de **exploração**. Ao longo da reportagem, percebe-se que as **figuras de linguagem** são recursos largamente explorados na reconstrução dos fatos.

SD2 - Além de patroa, Raimunda também é o **banco** e o **comércio** do local. Ela **“guarda”** o pagamento dos funcionários (entre 3 e 7% do ouro que extraem) e usa esse crédito para descontar os gastos deles no garimpo.

SD3 - Raimunda diz que é injustiçada, que mata um boi por semana para eles.

SD4 - É proibido trazer comida de fora, compras apenas na sua cantina. **É proibido** namorar, as relações são intermediadas pelo pagamento de programas. **É proibido** usar a internet disponível na sede, obrigando quem quer falar com a família a pagar o transporte até o local onde há um rádio.

Na SD2, optou-se por uma **metáfora** para descrever Raimunda, a patroa que está sendo acusada. Através do verbo “é”, atribui-se características ao sujeito (Raimunda) que criam efeitos de sentido de violação. Raimunda apropriava-se da vida financeira de seus “empregados” de maneira invasiva. Poder-se-ia, simplesmente, relatar que o dinheiro dos empregados era retido por ela, todavia, a construção evidenciando sua persona permite-nos concluir que o discurso pretende evidenciar a visão dos trabalhadores que foram resgatados.

Na SD3, aplica-se uma **hipérbole**, tomada por um discurso indireto de Raimunda. Essa sequência discursiva é particularmente importante dentro da reportagem, pois acentua o caráter **polifônico** do discurso, no qual diversas vozes se entrecruzam e cada *entrevistado* possui seu próprio ponto de vista, ideias e comportamentos, mediados pelo contexto em que estão inseridos. Aqui, não somente os trabalhadores são entrevistados (como veremos nas sequências discursivas posteriores) como também a própria acusada tem a oportunidade de defesa. No caso, ela sente-se injustiçada, pois “mata um boi por semana” aos trabalhadores.

Na SD4, a **anáfora**, através da repetição do termo *É proibido*, no início de todas as frases, realça o sentimento de prisão e regras que os trabalhadores viviam. Todos esses destaques são, também, uma forma de transmitir de maneira simplificada e elucidativa, conceitos a respeito do que significa trabalho escravo contemporâneo.

4.5.2 Pluralidade de fontes

Brandão (2006, p. 5) sugere que o discurso é uma *arena de lutas*, “em que locutores, vozes, falando de posições ideológicas, sociais, culturais diferentes procuram interagir e atuar uns sobre os outros”. Conforme exposto na SD3, uma das características da reportagem é a pluralidade de fontes que discursam. Conforme observação analítica extraiu-se **quatro** pontos de vistas na reportagem, organizados através de: ponto de vista dos trabalhadores; ponto de vista da fonte testemunha; ponto de vista da acusada e o ponto de vista de instituições.

- a) **Ponto de vista dos trabalhadores:** Dentro da reportagem, priorizam-se os relatos dos trabalhadores. Em respeito a vontade da maioria, todas os nomes são mantidos em sigilo, limitando-se em descrições por cargo, função ou condição, que vão desde denominações genéricas, conforme observa-se em SD5, SD6, SD7 e SD8, até descrições específicas, vistas em SD9 e SD10.

SD5 - “Prefiro viver”, respondeu **uma das mulheres** quando questionada se o seu nome poderia ser publicado.

SD6 - **Os garimpeiros** se referem com temor ao momento em que ela “risca o caderno”.

SD7 - [...] **os trabalhadores** só revelaram o esquema ao qual eram submetidos depois que foram retirados dali.

SD8 - “Eu passei esses meses acordada à noite e agoniada de dia, achei que tinham enterrado meu filho lá dentro”, disse **a mãe de um dos garimpeiros**, feliz em ver o filho chegar em casa.

SD9 - Raimunda não é bem quista pelos funcionários. Nem mesmo **um dos seus empregados de confiança, que trabalha como operador de máquinas**, encontrou palavras boas para descrevê-la.

SD10 - **Uma das mulheres que tem experiência em outros garimpos** fez uma rica leitura de como Raimunda operava: “Ali todo mundo tem livre arbítrio, ninguém é obrigado a nada. Mas a situação não te deixa outra opção”, ela diz.

- b) **Ponto de vista da fonte testemunha:** Dentro da reportagem, há um caso específico de um “informador testemunha”, seguindo critérios de nominação de Charaudeau (2010). Essa fonte é alguém que “desempenha o papel de ‘portador da verdade’ na medida em

que sua fala não tem outro objetivo a não ser de dizer o que viu e ouviu” (CHARAUDEAU, 2010, p. 53).

SD11 - Raimunda tem 59 anos e herdou o garimpo do marido, Francisco Pereira Nunes, o Chicão. Conhecido na região por ter sido um patrão ainda mais duro que ela, Chicão foi assassinado a tiros dentro do garimpo em 2010. “O boato é que ele era ruim, que mandou enterrar muito couro [corpos] lá dentro”, diz **um antigo morador de Itaituba**, que não quer se identificar. Não há provas para as acusações, mas o boato se espalhou entre os homens e mulheres do garimpo.

Assim como os trabalhadores, o antigo morador de Itaituba, cidade onde está localizado o garimpo da reportagem, preferiu não se identificar nominalmente. Através da descrição realizada pela jornalista, supõe-se que essa pessoa não era um dos trabalhadores que foram resgatados, em contrapartida, no passado, possuía alguma relação (indireta ou direta) com a acusada para ser procurado e inscrito na reportagem. Charaudeau (2010) considera que a credibilidade da informação depende do grau de engajamento do informante. No caso abordado na SD11, percebe-se que o engajamento do informador foi realizado através de determinada **distância**, expressando “reserva, dúvida, hipótese, e mesmo suspeita” (CHARAUDEAU, 2010, p. 54).

Bucci (2000) afirma que o único segredo da profissão do jornalista está estabelecido ao sigilo da fonte. Cornu (1997) complementa que, diferentemente de outras profissões como os médicos, os psicólogos ou advogados, os jornalistas podem (e, em certos casos, até mesmo devem) revelar conteúdos que lhes foram transmitidos. Todavia, o sigilo da fonte, conforme solicitação deve ser respeitado.

Entre os deveres que o jornalista se impõe inclui-se não revelar quais são as suas fontes [...] A proteção das fontes jornalísticas situa-se no cerne da defesa da liberdade e do respeito à verdade. Existem informações de interesse público cuja fonte não aceita revelar senão sob condição de que sua identidade permaneça ignorada. O compromisso assumido pelo jornalista de omitir a origem de suas informações é parte do contrato moral que ele assume com sua fonte. (CORNU, 1997, p. 60-61)

Portanto, o direito ao sigilo da fonte é um dos princípios deontológicos do jornalismo. No caso em específico, a preservação é fundamental para não colocar em risco a vida de pessoas.

- c) **Ponto de vista da acusada:** Na reportagem, a acusada Raimunda Oliveira Nunes dispõe de espaço para defender-se. Embora todas as evidências apontassem para a sua culpa, escutá-la é uma forma de compreensão. Quais foram os motivos que levaram Raimunda ao pensamento do lucro que explora e castiga? Quem ela é? Como é o seu perfil? Quais argumentos ela usa para sua defesa? Abordar o contraditório dentro das narrativas, transpõe o jornalismo de um mero papel de produtor de notícias para uma prática que permite reflexões sociais. Medina (2006, p.81-82 *apud* IJUIM, 2009, p.40) sublinha que

o jornalista, enquanto um agente cultural deve “[...] produzir narrativas atravessadas por contradições, embates de visões de mundo, incertezas e interrogações [...]”. Enquanto um produtor de sentidos, o uso da “linguagem dialógica enfrenta não apenas a polifonia, mas a complexidade conflitiva dos diferentes”. (MEDINA, 2006, p. 81-82 *apud* IJUIM, 2009, p. 40).

SD12 - “Desde que ele morreu, eu assumi tudo aqui com os meus filhos e meu genro”, diz Raimunda.

SD13 - Ela justifica ainda a proibição do namoro como um jeito de garantir que a cozinheira não tenha favoritos no barracão: “Dizem que, quando amiga [quando um casal se junta], elas guardam pedaço de carne maior pro marido. Então faço isso para não ter privilégio”.

SD14 - Ao final da entrevista, sentada no sofá de sua casa, ela tira os óculos e chora. “O bandido que tá na rua ninguém pega. A gente, que tá aqui trabalhando, merecia mais consideração”, argumenta. “Estão me tratando que nem bandido”, diz, em voz baixa, olhando para as viaturas e acampamento montado pela operação na frente da sua casa.

Em SD12, SD13 e SD14 observamos as justificativas de Raimunda. Especialmente na SD14, sua defesa apresenta dois pontos frágeis do debate social: o trabalho e a segurança pública. Em “O bandido que tá na rua ninguém pega”, pode-se refletir sobre o significado da palavra **bandido** que, em sua concepção, é alguém que “não trabalha”. A constatação de que bandidos não são trabalhadores se faz muito presente no imaginário social. Ao escolher essa frase de Raimunda, a reportagem nos faz pensar além. O vocábulo bandido sustenta um arcabouço de significações, muitas pejorativas. *Bandido* e *Banido* tem a mesma origem etimológica da palavra *bando*: advém do italiano *bandito*, derivado de *bandire* (exilar, banir ou deportar), ou seja, o bandido é alguém que está aquém da sociedade, facilmente associado com pessoas das camadas populares, deixando de lado as elites, por mais que os crimes possam ocorrer em qualquer esfera social, praticado por alguém independentemente do nível socioeconômico.

- d) **Ponto de vista das fontes oficiais:** Normalmente, dentro da prática jornalística, tem-se a predileção por fontes oficiais, pelo caráter de confiabilidade e credibilidade transmitido através do lugar de fala dessas fontes (que implicam posições de prestígio) aos leitores. Todavia, não se pode tornar reféns delas. No caso da reportagem estudada, se poderia optar por uma narrativa construída tão-somente com dados, números e relatos dos órgãos que participaram da operação, mas a opção foi ir ao local, acompanhar toda a desenvoltura do caso e conversar tanto com os trabalhadores envolvidos, como com a acusada e, ainda, com representantes de instituições.

SD15 - Os auditores fiscais do trabalho apuraram um total de R\$366.812 de verbas salariais e rescisórias devidas aos trabalhadores resgatados, a serem pagos pela proprietária do garimpo”, afirma **Maurício Krepsky Fagundes, chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo.**

SD16 - Pela destruição causada pelas dez frentes de garimpo, a multa aplicada pelo Icmbio foi ainda maior: 4,8 milhões de reais. O órgão interditou os equipamentos e embargou 224 hectares que ficavam dentro da Floresta Nacional.

“Esse era um alvo importante, mas claro que apenas essa ação seria muito pouco. O trabalho tem que ser contínuo”, afirma **Diego Rodrigues, analista ambiental e chefe do setor de proteção do órgão em Itaituba.**

Em SD15 e SD16, se tem a fala de dois representantes de instituições envolvidas com o caso. Ambas servem para reforçar dados, as consequências e as medidas tomadas. Hierarquicamente, os dados numéricos da reportagem, que se referem ao dinheiro, são abordados no último “capítulo” da reportagem, denominado *Punição*, notando-se, mais uma vez, a característica da narrativa que, antes de qualquer coisa, prefere dar voz ao humano, às pessoas que, na prática, testemunharam os fatos.

As fontes e os entrevistados são tópicos sensíveis ao jornalismo. O entrevistado não é apenas um fornecedor de conhecimento e dados, mas uma pessoa com quem se *dialoga*, em consonância com o pensamento de Medina (1986, p. 5-6)

A entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. [...] Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo.

Um leitor, ouvinte ou telespectador sente quando determinada entrevista passa emoção, autenticidade, no discurso enunciado tanto pelo entrevistado quanto no encaminhamento das perguntas pelo entrevistador. Ocorre, com limpidez, o fenômeno da identificação, ou seja, os três envolvidos (fonte de informação - repórter - receptor) se interligam numa única vivência. A experiência de vida, o conceito, a dúvida ou o juízo de valor do entrevistado transformam-se numa pequena ou grande história que decola do indivíduo que a narra para se consubstanciar em muitas interpretações.

Ao propor uma iniciação para uma “teoria das fontes”, Schmitz (2011) reuniu teorias sobre o assunto, apresentadas por pesquisadores, pela prática e pelos manuais de redação, classificando-as posteriormente em uma matriz, e concluindo que:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 20)

As acepções do pesquisador fazem-nos captar a rede complexa que envolve as fontes jornalísticas. No caso da reportagem, essa complexidade foi assimilada ao usufruir de uma

pluralidade de fontes que estabeleceram diversos sentidos ao texto. Além disso, o contraditório foi abraçado, dando oportunidade para que a acusada se defendesse e expressasse sua opinião, por mais que as evidências mostrem o contrário.

4.5.3 Fazer-se presente: ensinamentos antropológicos

Embora os novos meios de comunicação, em especial a Internet, tenham trazido inúmeras possibilidades e potencialidades para as narrativas jornalísticas, conforme relatado anteriormente, em concomitância, suas dinâmicas e especificidades implantaram características de agilidade e eficiência que, por vezes, acarretam na pressa por uma publicação imediata. Fazer-se presente no local do acontecimento, em muitos casos, é impossível mediante as rotinas de produção.

Percebemos que, na reportagem analisada, houve um esforço para estar no local do acontecimento, entrando em consonância com a proposta de Lago (2010), que sugere a incorporação dos ensinamentos antropológicos, sobretudo do método etnográfico, para “apreender e acolher o Outro em toda sua alteridade” (LAGO, 2010, p. 175). Silva e Gomes (2011, p. 3) complementam ao afirmarem que:

[...] Essa é a tarefa do jornalista, interpretar os relatos de seus informantes e criar uma narrativa a partir deles de modo a aproximar mundos. Tal aproximação de mundos é, aliás, um exercício do qual também se valem os etnógrafos. A partir da fusão de horizontes – seu e do grupo/indivíduos analisado(s) - eles se situam entre o estranho. Este processo, contudo, não requer abandono do próprio mundo do etnógrafo, mas implica na penetração do horizonte do outro. No caso do repórter, a imparcialidade preconizada do relato jornalístico é desmitificada, pois enquanto sujeito dotado de emoções e sentimentos, ao adentrar o universo do outro, ele se modifica ao mesmo tempo em que modifica o outro.

Aqui, a figura do jornalista não é passiva. O próprio insere-se no processo dos fatos. A questão é o profissional estar aberto para captar os traços ideológicos existentes nos fatos.

SD17 - Olhando para os lados e muitas vezes sussurrando para falar com **a equipe da Repórter Brasil**, os trabalhadores só revelaram o esquema ao qual eram submetidos depois que foram retirados dali.

SD18 - Nos barracões, porém, **a reportagem** não conversou com um homem ou mulher que não reclamasse da ausência de proteína animal nas refeições. Todos dizem que a carne enviada dura apenas dois dias.

SD19 - **A reportagem viu** uma cobra venenosa e pisadas de onça no caminho para o local. Nos poços cavados para cada barracão, de onde se retirava a água para o consumo, havia sapos mortos.

SD20 - Por que não contestou? Exigiu o seu pagamento? “Ninguém tem essa força ali, dona”, ele responde, incomodado. **“Acho que a senhora ainda não sabe de metade da história. Quem é doido de mexer com uma diaba daquela?”**.

SD21 - Raimunda mantém um retrato imponente de Chicão na entrada da sede, pendurado entre a farmácia e a cantina. Na sala da casa, **há retratos dos filhos** pendurados na parede. Em um deles, uma jovem exibe um diploma dentro de uma moldura que imita a capa da revista Caras, em tamanho ampliado.

SD22 - Além do endividamento, outro elemento que caracterizou o trabalho escravo foram as péssimas condições e os riscos aos quais os garimpeiros estavam expostos. Vivendo em um **barracão de lona e chão pisado**, os homens e mulheres dormiam a poucos metros do lugar de onde extraíam o ouro: crateras de areia e lama cavadas no meio da floresta.

Em SD17, SD18, SD19 e SD20 a reportagem assume um papel presente ao incluir-se como sujeito nas sentenças do texto. Na SD20, especificamente, a jornalista Ana Aranha materializa seu papel ao inserir suas perguntas feitas ao trabalhador. Além disso, repara-se que há uma escolha consciente da jornalista ao posicionar-se como testemunha e mediadora dos fatos, não omitindo sua presença nas respostas do entrevistado, como se percebe nas palavras “dona” e “senhora”. Já em SD21 e SD22, a presença da equipe do jornalismo é percebida através da descrição dos detalhes, que criam um pano de fundo ao caso, situam e sensibilizam o leitor.

4.5.4 Pensamento complexo

A reportagem tem como temática geral os direitos humanos. Todavia, através de uma leitura imersiva, observamos que a temática engloba aspectos do Jornalismo Ambiental (adiante, denominado JA). Segundo Girardi et al. (2012), o Jornalismo Ambiental possui o pensamento complexo como eixo teórico. Essa filosofia propõe práticas reflexivas que tomem como ponto de partida o pensamento interligado, sem isolamento ou reducionismos. As relações sociais e culturais desenvolvem-se na espacialidade do meio ambiente. Portanto, as pautas devem compreender, sempre que possível, o JA. Loose e Girardi (2017, p. 159) entendem que:

além da necessidade de um olhar que procure entender as conexões nem sempre óbvias e que dê visibilidade para as interdependências existentes entre economia, política, cultura e ambiente, o JA busca estar frequentemente em pauta e não se satisfazer com espaços isolados. O meio ambiente é tido como aquilo que nos cerca e não deve ser representado ou associado unicamente com matérias sobre a flora e fauna. Uma abordagem mais ampla e vinculada ao dia a dia das pessoas, com uma “cor local” (BUENO, 2007), deve ser perseguida.

No desfecho da reportagem, expõem-se preocupações sobre o ambiente em que o garimpo estava localizado: uma floresta protegida, rica em fauna e flora, que foi largamente

explorada. Além disso, se utiliza um infográfico (conforme apresentado no subcapítulo 4.3) para ilustrar a área que foi devastada pelo garimpo.

SD23 - Apesar de ser uma ameaça aos trabalhadores, a floresta alta e a fauna local chamavam atenção pela sua **riqueza**. Ao redor do rastro deixado pela onça, havia marcas de patas menores que sugerem a presença de filhotes.

SD24 - Pela **destruição** causada pelas dez frentes de garimpo, a multa aplicada pelo Icmbio foi ainda maior: 4,8 milhões de reais. O órgão interditou os equipamentos e embargou 224 hectares que ficavam dentro da Floresta Nacional.

SD25 - Estima-se que existam mais de 3 mil garimpos ilegais na região do rio Tapajós, o setor é o segundo maior vetor de desmatamento na área, perdendo apenas para a pecuária.

Girardi (2018, p. 21) defende que “nesses tempos tão conturbados, em que a ameaça de danos ao meio ambiente é constante, o Jornalismo Ambiental é necessário para imprimir um olhar cuidadoso e comprometido com a defesa da vida em todas suas dimensões”. Assim, englobar o JA dentro das pautas, e envolvê-lo em diversas redes discursivas - complexas e sistêmicas - é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência cidadã-reflexiva do meio no qual estamos inseridos.

4.5.5 As Fotografias: leituras possíveis

Na reportagem, as vinte e oito fotografias de Lilo Clareto ajudam a construir o discurso proposto. Aqui, vamos considerar a imagem como uma mensagem visual, composta por diferentes tipos de signos, sendo uma forma de linguagem, utilizada como instrumento de comunicação e expressão (JOLY, 2007). Assim, utilizaremos os princípios da Análise de Discurso para penetrar nos efeitos de sentido das fotografias, pois, conforme Orlandi (2005, p. 26), a Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc) produz sentidos, “como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Para esta análise, elencamos apenas algumas fotografias, organizadas conforme os efeitos de sentido produzidos. A ordem de apresentação não é linear, ou seja, na análise as imagens não são expostas tais como foram ao longo da reportagem.

Joly (2007) caracteriza que as “fotografias de imprensa” possuem uma função expressiva ou emotiva. “Uma reportagem é um bom testemunho de uma determinada realidade, mas dá conta também da personalidade, das opções e da sensibilidade do fotógrafo que assina” (JOLY, 2007, p. 65).

A fotografia de abertura da reportagem apresenta uma poética reflexiva. A mão do trabalhador, sustentando o pequeno pedaço de ouro, nos faz pensar o quanto vale o humano

frente ao capital. Essa mensagem permeia todo o discurso da reportagem. “Escravo” não é uma condição imposta naturalmente, mas sim um condicionamento. O humano, naturalmente, não é escravo: ele foi escravizado por alguém, com interesses pessoais e, sobretudo, monetários. Em um sentido literal, a fotografia também é uma complementação ao título da reportagem: *Escravos do ouro*. Vale ressaltar, também, que esta fotografia, em específico, não possui legenda. Como legenda, compreende-se aquilo que Barthes denomina de “ancoragem”, onde a mensagem linguística fornece uma explicação da imagem restringindo a sua polissemia. As legendas jornalísticas para fotografias são um exemplo dessa função. Joly (1984, p. 127) complementa que a ancoragem serve para indicar “[...] o bom nível de leitura e o que deve ser privilegiado por entre as diferentes interpretações que uma única imagem pode proporcionar”. Assim, com a ausência da legenda, entende-se que os sentidos foram abertos para uma livre interpretação por parte do leitor.

Figura 2



Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Outra imagem disposta na reportagem sem legenda e que, portanto, permite uma interpretação não direcionada, é a de um trabalhador em foco principal. O olhar é um elemento expressivo e, simultaneamente, enigmático na construção de sentidos. No caso, podemos interpretá-lo de maneiras distintas. É um olhar que pode representar medo, como também pode ser um olhar de alívio, após o resgate, visto que não há nenhuma indicação na reportagem sobre o momento em que a fotografia foi captada.

Figura 3

Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Em linhas gerais, as fotografias ajudam a reforçar a mensagem de que escravidão não é uma condição natural, mas sim imposição social. Os trabalhadores não são retratados durante o trabalho no garimpo. Prefere-se uma abordagem humana de seus gestos e traços, utilizando-se de recursos estéticos, conforme a sequência de imagens organizadas abaixo.

Figura 4

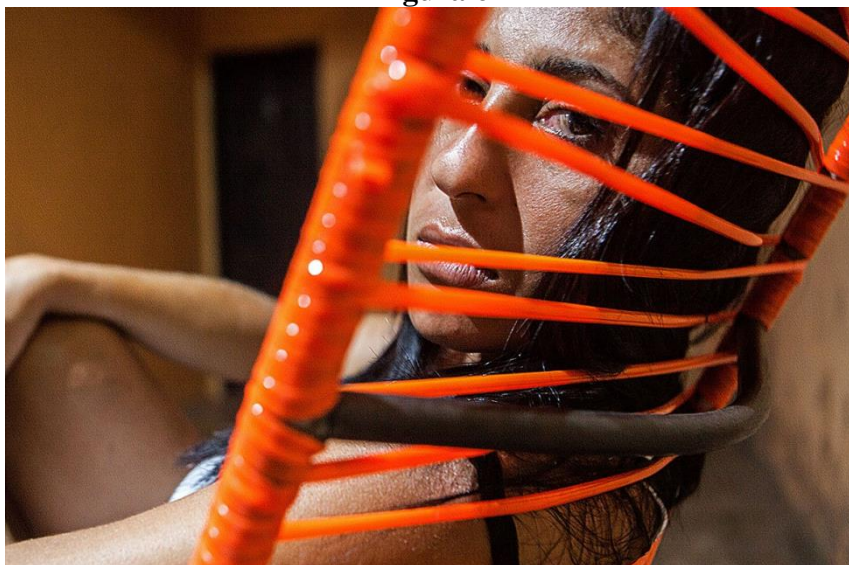
Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Legenda da Fotografia: As mulheres cozinhavam em fogões velhos e quebrados, muitas vezes usando carvão.

Figura 5

Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Legenda da Fotografia: Cozinha lê a bíblia no “fusão”, apelido dado ao único ambiente com cama e fechado por paredes.

Figura 6

Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Legenda da Fotografia: Os trabalhadores resgatados foram enviados a um hotel na cidade, onde aguardam os pagamentos do que a proprietária lhes deve.

Figura 7

Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Legenda da Fotografia: Homens e mulheres estavam assustados. Muitos não deram entrevista: “prefiro viver”.

Cornu (1997, p. 76) afirma que “A necessidade jornalística de conferir aos acontecimentos um toque humano em nada justifica a exploração infame do sofrimento alheio. Ela impõe respeito às vítimas, às pessoas traumatizadas [...]”. A reportagem trata de um assunto delicado: a escravidão contemporânea. Aqui, percebemos mais uma escolha reflexiva nos gestos fotográficos: em nenhum momento, os trabalhadores foram fotografados propriamente trabalhando. As fotos restringem-se às figuras humanas em suas essências, bem como visto na sequência de imagens anterior. A única foto caráter denso é a de um pé calejado de um trabalhador, como se observa na Figura 8. Apesar disso, houve cuidados para a captura da imagem, que está em plano fechado, não expondo o retratado. A mesma não possui um cunho espetacularizado, servindo como uma exposição dos maus-tratos sofridos no garimpo.

Figura 8

Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Legenda da Imagem: Muitos trabalhadores entram no garimpo descalços, machucando os pés e pernas

As fotografias de Raimunda, dona do garimpo acusada, são um tópico à parte na narrativa. Como exposto anteriormente, uma das funções observadas no discurso da reportagem analisada é a apreensão de diferentes pontos de vista, muitas vezes contraditórios, através de uma pluralidade de fontes. O paradoxo também é utilizado nas fotografias, apresentando diversas facetas de Raimunda. Na Figura 9, ela é retratada com desconfiança, em uma pose “orgulhosa”, com o retrato de seu marido Chicão ao fundo.

Figura 9

Fonte: ONG Repórter Brasil

Legenda da fotografia: Raimunda estica os olhos sobre sua propriedade ao lado do retrato de Chicão, seu marido foi assassinado dentro do garimpo.

Na Figura 10, tem-se a ingenuidade. Na fotografia, Raimunda é apenas “mais uma mulher trabalhadora”, como ela própria se define, alimentando as cabras da sua propriedade.

Figura 10

Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Legenda da fotografia: Raimunda alimenta as cabras, ela diz que os animais na sua fazenda servem para alimentar seus funcionários.

Na Figura 11, há o momento em que Raimunda é auditada pelos responsáveis na operação, destinando-se a ser uma fotografia com as funções de informar e testemunhar.

Figura 11



Fonte: ONG Repórter Brasil, 2018

Legenda da Imagem: Na varanda da casa da proprietária, servidores do ICMBio explicam a ela que o garimpo será interditado.

4.6 Conclusões preliminares

A reportagem descreve o resgate de trabalhadores sob o regime de escravidão, valendo-se de elementos narrativos particulares, como as **figuras de linguagem**, a **pluralidade de fontes**, o uso de **ensinamentos antropológicos**, o **pensamento complexo** e os **registros fotográficos**. Todas essas características, expostas ao longo da análise, sustentam uma **Formação Discursiva Contra-Hegemônica** preponderante.

A escolha de cada palavra, de cada fonte entrevistada e de cada ângulo fotográfico foram intencionais para uma reflexão crítica dos valores tradicionais, uma dos princípios defendidos pelo jornalismo alternativo através de narrativas procuram subverter as jornalismo tradicional, proporcionando um conhecimento crítico. O resgate de trabalhadores poderia ser considerado apenas como um resgate, relatado unicamente por informações provenientes de assessorias de imprensa dos órgãos oficiais envolvidos no caso. Porém, optou-se por estar presente no local do conhecimento. De observar os acontecimentos e ouvir os relatos, utilizando todas as potencialidades para a formação de um jornalismo mais humanizado e comprometido com a sociedade.

A reportagem em si trouxe uma perspectiva (e uma proposta) de jornalismo humanizado que, conforme Jorge Kanehide Ijuim, autor cujas ideias foram largamente exploradas nesta pesquisa, é uma espécie de jornalismo que “produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada [...]” (IJUIM, 2011, p. 17). Assim, não somente se tem o comprometimento com as fontes entrevistadas, como também há um empenho em fomentar o debate público e a crítica social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do dispositivo teórico da Análise de Discurso, podemos captar nuances da narrativa das mídias alternativas. No caso da reportagem *Escravos de Ouro*, da ONG Repórter Brasil, identificamos que o discurso é permeado por uma Formação Discursiva (FD) predominante, denominada como FD contra hegemônica, pois seus efeitos de sentido fazem um contraponto ao discurso da mídia tradicional. O mote principal deste trabalho foi compreender os elementos que constroem a especificidade da narrativa do jornalismo alternativo. Para justificar nosso ponto de vista, ao longo da pesquisa, elencaram-se cinco efeitos de sentido foram encontrados a partir de uma leitura crítica da reportagem, que são as figuras de linguagem, a pluralidade de fontes, o uso de ensinamentos antropológicos, o pensamento complexo defendido pelo Jornalismo Ambiental e os registros fotográficos.

Todo discurso é uma construção social que, por sua vez, é organizado por sujeitos que conservam em si crenças e ideologias particulares. Englobar diferentes pontos de vista em uma narrativa é necessário para que tenhamos uma noção mais ampla dos fatos, sem nos limitarmos aos consensos pré-fabricados e estereotipados. Na reportagem estudada, a própria jornalista Ana Aranha, coloca-se como sujeito discursivo, ampliando as possibilidades de narrativa.

Num contexto onde as relações de tempo foram modificadas no jornalismo, com os imperativos de simultaneidade e instantaneidade, percebe-se que há um comprometimento para com o fato, em o jornalista fazer-se presente no local do acontecimento. A reportagem poderia adotar abordagens diferentes, direcionadas para os valores numéricos das multas ambientais e indenizações trabalhistas ou, ainda, utilizar como fontes somente as oficiais. Preferiu-se, no entanto, a abordagem humanística, alicerçada nos ensinamentos antropológicos.

O pensamento complexo é exercício constante. Aqui, a reportagem considerou o jornalismo como um campo construído por outros saberes e englobou questões do Jornalismo Ambiental - discussões fundamentais na contemporaneidade que, não podem ser mais vistas sob a ótica da unicidade, mas sim da complementaridade.

As fotografias, que ajudam a construir o discurso, estão ancoradas em princípios éticos, onde não houve a espetacularização do ser humano que estava sob vulnerabilidade, mas sim da consideração do humano enquanto membro constituinte da sociedade, mostrando que a reflexão jornalística também pode ser feita através do plano estético.

Todos esses efeitos foram propiciados devido às potencialidades da Internet, meio no qual as publicações jornalísticas da ONG Repórter Brasil são disseminadas. Embora a reportagem analisada não se trate de um especial multimídia, ela apropriou-se de recursos particulares ao meio, que é espaço ilimitado e a possibilidade de inclusão de diversas fotografias, organizadas em galerias. Esse efeito entra em consonância com a premissa de Kovach e Rosenstiel de que, na nova era, precisamos dar sentido às coisas.

Por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa procurou contribuir com uma leitura acerca do discurso do jornalismo alternativo. A Análise de Discurso, enquanto dispositivo teórico oferece algumas “pistas” para que pesquisador construa seu dispositivo metodológico para análise. Portanto, os resultados não são finalidades concretas ou determinações, mas sim contribuições, podendo-se ter, ainda, inúmeras possibilidades analíticas a serem exploradas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Ana. Escravos do Ouro. ONG Repórter Brasil, São Paulo, 23 ago.2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/08/resgate-trabalho-escravo-garimpo-ouro-para/>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- AMORIM, Célia R.T.C. Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema. In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. p. 4-11. São Paulo, 2007.
- BARRETO, Raquel Goulart. **Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13-12, p. 7, 2006.
- BENETTI, Marcia. **Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (orgs.). Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. P.235-256
- _____. Análise do Discurso em Jornalismo: estudos de vozes e sentidos. In: LAGO, C. & BENETTI, M. (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- BRANDÃO, Helena H. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!:** uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade. São Paulo: Repórter Brasil, 2012.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. Editora Companhia das Letras, 2000.
- CALDAS, Maria das Graças Conde. Ética e cidadania na formação do jornalista. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 44, p. 85-101, 2005.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto enferm.**, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- CORNU, Daniel. **Ética da Informação**. Bauru, São Paulo: Edusc, 1997
- DA ROSA, Guilherme Carvalho; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Pauta Geral**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-39, 2017.

DOWNING, John DH. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora Senac, 2002.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Editora da Unesp: Boitempo, 1997.

ERNST-PEREIRA, Aracy; VARINI MUTTI, Regina Maria. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 3, 2011.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOLETTTO, Leonardo Feltrin. Midiativismo, mídia alternativa, radical, livre, tática: um inventário de conceitos semelhantes. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 95-110.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. Universidade Federal de Sergipe, 2005.

_____. **Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade**, Rio de Janeiro, Compós, 2002. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_713.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GIRARDI, Ilza et al. **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. Comunicação e Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, jul./dez. 2012. p. 131-152.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de Jornalismo Ambiental**. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar (Orgs.). **Jornalismo Ambiental: Teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. P.13-24.

GÓES, Laércio Pedro Torres de. Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais. Anais. IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste: Mercado, Região e Comunicação na Sociedade Digital. Salvador, 2007. HAUBRICH, Alexandre Freitas. **Reflexões e Caracterizações sobre Mídias Alternativas**. In: Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, – 4 a 7 set 2015.

IJUIIM, Jorge Kenehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n.2, p. 31-43, jul/dez. 2009.

_____. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Comunicação Midiática**, v. 7, n. 2, p. 117-137, 2012.

_____. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, v. 31, n. 78, p. 235-243, 2017.

_____. URQUIZA, Moema Guedes. Autoria e humanização em Neide Duarte. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 1, p. 85-97, 2009.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Lisboa, Ed. 70, 2007

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. v. 6, n. 1. Brasília: SBPJor, 2010

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos**. **Interin**, Curitiba. V.22, n.2, p.154-172, jul./dez. 2017.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. Brasília: Compós, 2001. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1217.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019

MAINGUENEAU, Patrick. **Análise de textos de comunicação**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista**. O diálogo possível. São Paulo, Editora Ática, 1986.

_____. **Povo e personagem**. Canoas, Editora da ULBRA, 1996.

MITTMANN, Solange. **Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe**. **Desenredo**, Passo Fundo, v.6, n.1, p. 85-101, jan./jun. 2010.

MOURA, Flávia de Almeida. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses**. 2015. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas. SP: Pontes, 2005.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. Dialogismo ou polifonia? **Revista de Ciências Humanas**, Taubaté, v.9, n.1, p. 45-54.,2003
REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. 2016. 260 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHWAAB, Reges et al. **Agência pública e repórter Brasil: narrativas não-hegemônicas sobre o contemporâneo**. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto, 2013.

_____. **Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso**. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 11-23, 2007.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. **O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso**. Vozes e Diálogo, v. 13, p. 46-62, 2014

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Eds.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. V.1. Florianópolis: Insular, 2005.

VALIENGO, Caio Becci. **Mídias livres, alternativas e independentes: polifonia de conceitos para práticas comunicativas contra-hegemônicas**. In: VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA). Brasília, 2019.